



CAU/SP

Conselho de Arquitetura
e Urbanismo de São Paulo

MÓ

BIL

#25
cotidiano

E

VOCÊ TEM CARA DE ARQUITETA?

TATIANA REIS PIMENTA

Um dia qualquer
E talvez até seria
Se não fosse pela batalha
Que ela trava todo dia

Ela levanta, atrasada
Leva o filho, se arruma
Liga o carro, toma o café
Roupa no cesto. No varal? Nenhuma

Olha a agenda, corrida
Cliente abusivo, obra inacabada
Lembra das suas escolhas
E do quanto já foi discriminada

Liga o som, Emicida
Canta e ouve a própria voz
Segue pela cidade, observa
“Tudo, tudo, tudo que nós tem é nós”

No escritório, na empresa
O medo da depressão
Lembra o que a move, o motivo
A escolha da profissão

Lembranças da infância à mente
Menina negra, ainda sem consciência
Seus amigos na favela
A desigualdade, a resiliência

De madeira, em palafitas
Era a casa da sua amiga, a Lia
Rua da favela, esse era o nome
Triste estereótipo que ela reproduzia

O primeiro emprego
O que para sua etnia a vida reservava
Apesar de todos os sonhos
Era o quarto de empregada

Um dia, com curso técnico
Alcançou o Poder Público
Foi apresentada à essa profissão
Que na sua visão mudaria o mundo

Arquiteto, quase um Deus
Assim ela pensava
Arquitetura, um sonho distante
Que ela alimentava

Na realidade humilde
Na fragilidade familiar
O amor adolescente
Veio então a engravidar

Dezessete anos, agora mãe
O sonho então adiou
E uma década depois, com cotas sociais
Na arquitetura ela ingressou

Na arquitetura, a dedicação
Pelo urbanismo se apaixonou
Fez Mestrado, é especialista
E a favela? Urbanizou

Ainda jovem percebeu
Que a mudança está na caneta
E para o Conselho de Arquitetura e Urbanismo
Não satisfeita, foi eleita

Nesse espaço da branquitude
Um ser estranho ela representa
Alguém que precisa se identificar
Senão naquele espaço ela não entra

E assim segue enfrentando
Dias sorri outros não tanto
Em meio a tantos percalços
Vai deixando de ser um espanto

O dia a dia da profissão
De arquiteta, professora, doutoranda, conselheira e empresária
O que e ela ama mesmo, no fundo
É a bendita Regularização Fundiária

Ao João, à Maria e à Lia
A Regularização traz a dignidade
É um trabalho da arquitetura e como disse um morador
Ela é palco da liberdade

“Você não tem cara de arquiteta”
É uma escuta constante
Aqui fica a reflexão
Ser arquiteta já não é o bastante?



TATIANA REIS PIMENTA, ARQUITETA E URBANISTA, DOUTORANDA EM ARQUITETURA, TECNOLOGIA E CIDADE NA FEC/UNICAMP; MESTRE, ESPECIALISTA EM DIREITO URBANÍSTICO E AMBIENTAL; CONSELHEIRA DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO - CAU/SP; ATUOU COMO COORDENADORA DA POLÍTICA HABITACIONAL NA FUMAS, ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA POLÍTICA DE HABITAÇÃO DE JUNDIAÍ, SP. DOCENTE DA GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO NA UNIP JUNDIAÍ. SÓCIA DA EMPRESA INCIDADE LTDA.



Sumário

4	Projetar o cotidiano	CATHERINE OTONDO
14	O cotidiano da cidade e a verticalização de São Paulo	NADIA SOMEKH
20	Experiência do inútil, enfim	RICARDO LUIS SILVA
26	Uma cidade dentro da cidade	LAYLLA LOUISE ALVES SILVA
32	Projetos urbanos e subjetividade na travessia cotidiana do Capão Redondo	OTÁVIO CAMPOS ARANTES, VOLIA REGINA KATO E LIZETE MARIA RUBANO
38	Nas estações do Metrô: quatro poemas sobre deriva	TAMARA CRESPIN E MANOELA AMBROSIO (ILUSTRAÇÕES)
44	Em defesa de uma cidade para todos	FRANCIELLE H. LUCENA E MANOEL J. P. NEGRAES
50	<i>Eruv</i> : um espaço coletivo, habitual e comum	ISABEL SEBER, LILLA LESCHER, TAMARA CRESPIN E VICTORIA LIZ COHEN
56	CAU/SP no território paulista: presença é tudo	DA REDAÇÃO
64	Reserva técnica: compensação por desequilíbrios?	MARIA TERESA DINIZ
66	Arquiteto não é vendedor!	CAMILA MORENO DE CAMARGO
68	Fiscalização CAU/SP: orientar e prevenir	COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO — CAU/SP
72	Como o CAU/SP fiscaliza o exercício da profissão	COORDENAÇÃO DE FISCALIZACAO DO CAU/SP
74	Me formei, e agora?	COORDENAÇÃO DE ENSINO E FORMAÇÃO DO CAU/SP
76	E agora?	COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO — CAU/SP
78	Curtas	DA REDAÇÃO

ARTES VISUAIS:

Fotografia: GUILHERME OLIVEIRA GOMES p. 24, 25, 81 / RICARDO LUIS SILVA Capa, contracapa, p. 20, 23, 30, 31, 80 / LAYLLA LOUISE ALVES SILVA p. 26, 28, 29 / OTÁVIO CAMPOS ARANTES p. 32, 33, 35 / VICTÓRIA LIZ COHEN p. 52

Artes: JULIA GETSCHKO p. 36, 37 / JESSICA DE CASTRO SANTANA p. 47, 48, 49, 63, 77 / LAIS GRANADO p. 19 / MANOELA AMBROSIO p. 38, 40, 41, 43 / LUCAS BRUNO DALCIM p. 54, 55 / ISABEL SEBER p. 50, 51 / LILLA LESCHER p. 53

Poesia: TATIANA REIS PIMENTA dobra da capa

¶ AO LANÇAR O TEMA “COTIDIANO”, sabíamos que o convite poderia nos trazer trabalhos que refletem pontos de vista de diversas naturezas e escalas, perspectivas e campos de atuação, e assim foi!

Nessa 25ª edição da Móbile, podemos ver e debater universos distintos que permeiam a vida de arquitetos e urbanistas, e seus objetos de trabalho, de experiências individuais a coletivas, de relatos pessoais e poéticos a leituras técnicas e educativas, procurando mostrar ora parte, ora o todo, de um dia a dia permeado por encontros, desencontros, desafios e potencialidades.

A ideia de pensar o cotidiano, expressa nos trabalhos dessa edição, trouxe à reflexão o domínio do tempo, ou da falta dele, do como se criam as dinâmicas do estar no mundo, do atravessar os lugares, do ocupar os espaços, dos ritmos diversos e das infinitas possibilidades que o tempo e o lugar nos colocam simultaneamente. Na experiência do flunar pela cidade vemos “uma riqueza profunda, a partir de uma pobreza aparente” (LINDÓN, 2014, p. 431).

Outros trabalhos relatam a luta diária dos profissionais de Arquitetura e Urbanismo, das questões que nos afetam diretamente até a leitura crítica do planejamento urbano que impacta toda a comunidade rotineiramente. A edição também aborda temas que tratam da nossa responsabilidade no ato de projetar o cotidiano do outro, da crítica à urbanização sem projeto à idealização de uma cidade acolhedora e possível para todos.

Assim, damos continuidade à missão de problematizar assuntos que estejam em permanente diálogo com os desafios que a sociedade e as cidades nos impõem enquanto profissionais de Arquitetura e Urbanismo, como também de externar pautas que foram objeto de trabalho dentro do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo.

Seguimos contando com a participação de todas e todos na construção da nossa revista Móbile! Participe da Chamada Aberta que divulgamos a cada edição, e caso ainda não receba a revista digital e impressa, faça seu cadastramento aqui ➔ <https://bit.ly/3JYXnKx>

Boa leitura!

Comitê Editorial Executivo

REFERÊNCIAS

LINDÓN, A. Las huellas de Lefebvre sobre la vida cotidiana. *Revista Veredas*. México, Volume 5, nº8.

PRESIDÊNCIA DO CAU/SP

CATHERINE OTONDO, Presidente
POLIANA RISSO SILVA UEDA, Vice-presidente

PRESIDÊNCIA DO CAU/BR

NADIA SOMEKH, Presidente
DANIELA PAREJA GARCIA SARMENTO, 1ª Vice-presidente
NILTON DE LIMA JÚNIOR, 2ª Vice-presidente

COMISSÃO ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO CAU/SP

SAMIRA RODRIGUES DE ARAÚJO BATISTA, Coordenadora
ELENA OLASZEK, Coordenadora Adjunta / AFONSO CELSO BUENO MONTEIRO / AMARILIS DA SILVEIRA PIZA DE OLIVEIRA / DELCIMAR MARQUES TEODOZIO / FERNANDO NETTO / PAULA FERNANDA FARIA RODRIGUES / ROSANA FERRARI / SANDRA APARECIDA RUFINO / PAULA RODRIGUES DE ANDRADE

EQUIPE DE COMUNICAÇÃO CAU/SP

FERNANDA CORREA DA SILVA COSTA, Coordenadora de Comunicação
EPAMINONDAS NETO, Analista de Comunicação
ADRIANO BATISTA BARBOZA, Assistente de Comunicação
MARIA LEIDE ARCANJO LIMA SILVA, Assistente de Comunicação
DANILO ZELIC, Estagiário de Comunicação

EDITADO POR (AGENCIA DE COMUNICACAO)

Projeto gráfico e diagramação: ALLES BLAU
Impressão: COAN INDUSTRIA GRAFICA LTDA
Tiragem: 20 MIL EXEMPLARES
Imagem da capa: RICARDO LUIS SILVA

REVISTA MÓBILE

E-mail REVISTA.MOBILE@CAUSP.GOV.BR
ISSN: 2448-3885

COMITÊ EDITORIAL EXECUTIVO

AFONSO CELSO BUENO MONTEIRO / AMANDA ROSIN DE OLIVEIRA / EDUARDO PIMENTEL PIZARRO / PAULA RODRIGUES DE ANDRADE / SAMIRA RODRIGUES DE ARAÚJO BATISTA

CONSELHO EDITORIAL DA EDIÇÃO Nº25

AFONSO CELSO BUENO MONTEIRO / AILTON PESSOA DA SIQUEIRA / AMANDA ROSIN DE OLIVEIRA / ANA PAULA PRETO RODRIGUES NEVES / CASSIA REGINA CARVALHO DE MAGALDI / DANILA MARTINS DE ALENCAR BATTAUS / DENISE ANTONUCCI / FERNANDA MENEGARI QUERIDO / FERNANDA DE MACEDO HADDAD / MARCIA MALLET MACHADO DE MOURA / NALLÍGIA TAVARES DE OLIVEIRA TAVARES / PAULA RODRIGUES DE ANDRADE / POLIANA RISSO SILVA UEDA / SAMIRA RODRIGUES DE ARAÚJO BATISTA / THAIS BORGES MARTINS RODRIGUES / VICTOR CHINAGLIA JÚNIOR

PARECERISTAS DA EDIÇÃO Nº25

ALAN SILVA CURY / ALINE ALVES ANHESIM / ANA BÁRBARA MACHADO RODRIGUES / ANA LÍDIA GALHARDI MARVULLE / ANA LÚCIA CERÁVOLO / ANDRÉ FROTA CONTRERAS FARACO / BÁRBARA POZZA SCUDELLER / CLAUDIA MUNIZ / DANIELLA FARIAS SCARASSATTI / DANIELLE SKUBS / FERNANDO NETTO / FLAVIA TALIBERTI PERETTO / GEISE BRIZOTTI PASQUOTTO / HÉLIO HIRAO / JOÃO CARLOS CORREIA / JULIANA BINOTTI PEREIRA SCARIATO / KELLY CRISTINA MAGALHÃES / LARA STIVAL NUNES DE ALCÂNTARA GARROTE / LARISSA FRANCEZ ZARPELON / LEILA REGINA DIEGOLI / LUÍSA A. G. T. GONÇALVES / LUIZ ANTONIO DE PAULA NUNES / MARIA ENEIDA BARREIRA / MARIA ERMELINA BROSCHE MALATESTA / RENATA FRAGOSO CORADIN / SOFIA PUPPIN RONTANI / STEFANIA DIMITROV / TATIANA DE SOUZA GASPAR / VERA SANTANA LUZ / VIVIANE DE ANDRADE SÁ / VIVIANE MANZIONE RUBIO / WILTON FLÁVIO CAMOLEZE AUGUSTO

AUTORES SELECIONADOS DA CHAMADA ABERTA DE TRABALHOS DA EDIÇÃO Nº25

ISABEL SEBER, LILLA LESCHER, TAMARA CRESPIE E VICTÓRIA LIZ COHEN / LAYLLA LOUISE ALVES SILVA / MANOEL JOSÉ PASSOS NEGRAES E FRANCESIELLE H. LUCENA / OTÁVIO CAMPOS ARANTES, VOLIA REGINA KATO E LIZETE MARIA RUBANO / TAMARA CRESPIE E MANOELA AMBROSIO / TATIANA REIS PIMENTA / RICARDO LUIS SILVA / GUILHERME OLIVEIRA GOMES / JULIA GETSCHKO / JESSICA DE CASTRO SANTANA / LUCAS BRUNO DALCIM

As opiniões publicadas nesta edição da revista Móbile refletem a visão de seus autores e não correspondem necessariamente à opinião do CAU/SP.

Você quer receber as próximas edições da Móbile?

Quer receber a versão digital?

Preencha o formulário com seu melhor e-mail.
Se você não é profissional da Arquitetura,
também pode solicitar seu exemplar online.

Quer colecionar a revista impressa?

Preencha o formulário com seu endereço; entrega
sujeita à avaliação de envio e tiragem da revista.



➤ bit.ly/3JYXnKx

Receba do seu jeito. Leia à vontade.



CAU/SP
Conselho de Arquitetura
e Urbanismo de São Paulo

Projetar o cotidiano

POR CATHERINE OTONDO

¶ QUANDO UM CONSELHO DE CLASSE dedica parte de suas atividades para convocar, analisar e premiar trabalhos da esfera acadêmica — produzidos por jovens arquitetos — não está fazendo uma tarefa banal. Ao contrário, está criando bases para que ele, o conselho, possa estabelecer suas ações futuras.

Ao nos debruçarmos sobre o que os alunos apresentaram para o prêmio do CAU/SP “Projetando o Futuro” — com participação recorde de 146 trabalhos vindos de todos os cantos do estado —, não podemos deixar de reconhecer que as pautas levantadas por esses jovens transcendem a realização de um belo objeto arquitetônico. E colocam, também, questões sobre a qualidade das nossas relações sociais, ambientais e políticas à medida que encontram sua expressão no ambiente urbano das cidades. Ou seja, para eles, aquilo que se apresenta, hoje, como possibilidade de vida urbana não satisfaz. E nos mostram — em propostas angariadas no presente, com pesquisas consistentes e poéticas — as possibilidades de um futuro melhor. O Conselho recebe essas luzes de esperança com a responsabilidade daquele que tem como missão amparar o trabalho desses futuros profissionais.

O trabalho em Arquitetura e Urbanismo é um conjunto transversal e articulado de atribuições e práticas que toca vários aspectos de nossas vidas. Porém, vemos que aquilo que fazemos tem estado muito distante do cotidiano das pessoas e dos governos. Projetar, planejar, cuidar dos espaços domésticos, coletivos, da memória e da natureza é o centro do nosso fazer. Um fazer em todas as escalas, do pequeno ao grande, e para todos.

Com atividades rotineiras, o CAU/SP tem avançado em criar pontes com os mais variados interlocutores da profissão. Estabelecendo, assim, que a mensagem da Arquitetura se manifeste para todos. Ou seja, ao realizarmos a função social do trabalho, ampliamos nosso campo de ação para uma Arquitetura presente no dia a dia das pessoas. Articuladas em rede, pequenas ações de acerto e de ajuste de regulação têm imensa potência transformadora.

Nós, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, acreditamos que — por meio do reconhecimento da sociedade — podemos realizar nosso trabalho de modo completo. Ou seja, o projeto como antecipação de um devir, que é ação e não reação. Acreditamos, também, que este Conselho é capaz de criar as condições de fortalecimento e amparo para que os profissionais de Arquitetura e Urbanismo possam, assim, projetar.

Infelizmente, ainda somos testemunhas de mais um desastre ambiental devastador. Desde que assumimos a gestão lamentamos pelas pessoas de Petrópolis, Franco da Rocha e, agora, São Sebastião. Desastres que sabemos evitáveis, mas que sua repetição, anual, assombra. Num esforço de mitigação e colaboração com o poder público, fizemos, ano passado, um Edital de Fomento exclusivo para áreas de risco.

Mas sabemos que a solução para ocupação dessas áreas não pode ser tratada como fato isolado e de simples resolução. Demanda ação articulada, ampla e urgente e compromisso de todos. Entendemos que o CAU/SP tem condições e o dever de estar presente nestas articulações.

Esta edição da Móbile traz uma série de artigos que retratam de modo ora técnico, ora educativo e ora poético, formas de agir dentro da nossa profissão. Formas capazes de transformar nosso cotidiano na cidade, que precisa ser melhor, mais justo e mais equilibrado, pois como dizia Claude Lévi-Strauss “é a coisa humana por excelência”, então que o seja: excelente.

Boa leitura!

CATHERINE OTONDO, ARQUITETA E URBANISTA. DESDE 2017, LECIONA PROJETO NA UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE. É SÓCIA DO ESCRITÓRIO DE ARQUITETURA BASE URBANA. PRESIDENTE DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO — GESTÃO 2021-2023.

Prêmio Projetando o Futuro CAU/SP 2022

Como parte do Programa de Valorização Profissional do CAU/SP, a Premiação representa esforço inédito de integração entre as Comissões do Conselho para revelar e reconhecer Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) desenvolvidos nas Faculdades de Arquitetura e Urbanismo do Estado de São Paulo, estimulando abordagens interdisciplinares e transversais.

Por meio de Chamada Pública (001/2022), de um total de 146 trabalhos analisados pelas Comissões de Avaliação de Mérito, foram reconhecidos 35 projetos aqui apresentados em categorias.

CATEGORIA PROJETO DE ARQUITETURA DE EDIFICAÇÕES E INTERIORES

- (A6) Sumaya Hamad Chaouk. Projeto BCECAP Darcy Ribeiro — Requalificação da quadra sul da Catraia. Orientador Nelson Gonçalves de Lima Jr., Universidade Santa Cecília — UNISANTA. Menção Honrosa.
- (A8) Carolyne Santos de Queiroz. Projeto CEAC — Centro Educacional de Arte e Cultura. Orientadora Fernanda de Macedo Haddad, Universidade Paulista — UNIP. Destaque AU pós-pandemia.
- (A9) Lucas da Costa Coimbra. Projeto Museu Sensorial da Memória. Orientadora Fernanda Amorim Militelli, Universidade Paulista — UNIP. Destaque AU pós-pandemia.
- (A18) Leticia Kathelyn Maria Teobaldo. Projeto Cidade e Saúde Mental: espaço de descompressão na dimensão psicossocial. Orientadora Priscila Machado Meireles, Universidade São Francisco — USF. Destaque AU pós-pandemia e Destaque Equidade e Diversidade.
- (A49) Larissa Girão Florêncio. Projeto Acolher: Moradia temporária para pessoas em situação de rua. Orientadora Sandra Teixeira Malvese, Fundação Santo André. Destaque AU pós-pandemia e Destaque Equidade e Diversidade.
- (A51) Giulia Monticelli Pincinato. Projeto Outside THE BOX. COWORKING e estúdio CRIATIVO. Orientadora Vanessa Fátima Takahashi, Universidade Paulista — UNIP. Menção Honrosa e Destaque AU pós-pandemia.
- (A53) Mateus de Moura Mendonça Accioly. Projeto Vivências esquecidas — Os agentes da resistência. Orientador Antonio Fabiano Junior, Universidade Presbiteriana Mackenzie. Menção Honrosa.
- (A54) Júlia Camilo Maciel. Projeto Centro de Educação Ambiental do Pantanal. Orientador Ricardo Felipe Gonçalves, Centro Universitário Belas Artes de São Paulo. Menção Honrosa.
- (A55) Leticia Gutierrez Freitas. Projeto Farm of the future — Fazenda Vertical Urbana. Orientadora Vanessa Fátima Takahashi, Universidade Paulista — UNIP. Menção Honrosa.



PRÊMIO PROJETANDO
O FUTURO

➤ bit.ly/3JBbN4N

(E12)



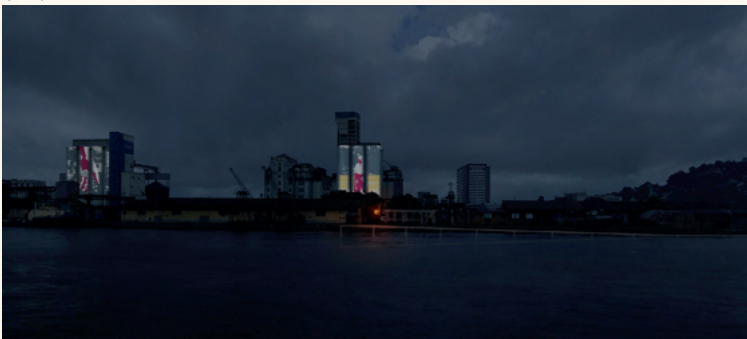
(A54)



(E13)



(D2)



(C21)



CATEGORIA PROJETO DE ARQUITETURA DA PAISAGEM

- (B7) Yago Viana da Cruz dos Santos. Projeto Memória e Paisagem: Parque da Aldeia de Carapicuíba. Orientador Sergio Ricardo Lessa Ortiz, Centro Universitário Belas Artes de São Paulo. Menção Honrosa e Destaque Equidade e Diversidade.
- (B8) Lara Nakazone Soares. Projeto ENTRE A ROÇA E A FLORESTA um canteiro experimental de agroecologia na zona rural sul de São Paulo. Orientadora Francine Gramacho Sakata, Universidade de São Paulo — USP. Menção Honrosa e Destaque Equidade e Diversidade.
- (B13) Bianca Maria de Arruda. Projeto O Jardim da F(v)oz — Parque Alagado | Uma aproximação da confluência do rio Tamanduateí com o rio Tietê. Orientadora Adriana Afonso Sandre, Universidade São Judas Tadeu. Menção Honrosa.
- (B16) Rodrigo de Almeida Del Nero. Projeto Eixos Urbanos Socioprodutivos. Rede de agricultura e fortalecimento comunitário nas Linhas de Transmissão de Energia. Orientador Fernando Mello Franco, Universidade Presbiteriana Mackenzie. Menção Honrosa.
- (B17) Tainã Antunes Valgas Dorea. Projeto Poeticidades Diaspóricas: subjetividades pretas nas ruas da Vila Matilde. Orientadora Giselly Barros Rodrigues, Instituto Federal de São Paulo — IFSP. Menção Honrosa e Destaque Equidade e Diversidade.
- (B22) Leonardo Pires Luiz. Projeto Cultura e favela: uma visão de centro cultural sob a ótica da cultura popular. Orientador Diego Ferretto, Universidade Paulista — UNIP. Destaque Equidade e Diversidade.

CATEGORIA PROJETO DE PATRIMÔNIO CULTURAL, ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO

- (C5) Julia Medeiros do Nascimento. Projeto MEMÓRIA, CULTURA E ESPORTE | FÁBRICA DE CIMENTO PERUS. Orientador Sérgio Luiz Salles Souza, Universidade São Judas Tadeu. Menção Honrosa.
- (C6) Isabela Manzano Trindade. Projeto VAZIOS: possibilidades de aproveitamento das empenas cegas no centro de São Paulo. Orientador Silvio Sguizzardi, Universidade Presbiteriana Mackenzie. Menção Honrosa.
- (C11) Gustavo Silvério de Novais. Projeto Museu—casa Pjê Ita. Orientadora Cynthia Regina de Araujo Evangelista dos Santos, Centro Universitário FIAM FAAM. Destaque Equidade e Diversidade.
- (C19) Taciane Rubbo de Almeida de Oliveira. Projeto Centro de apoio e capacitação para mulheres. Orientador Denis Ferri da Silva, Universidade Católica de Santos — UNISANTOS. Destaque AU pós-pandemia e Destaque Equidade e Diversidade.
- (C20) Bruna Gondim de Almeida. Projeto O ressurgimento da memória negra na Liberdade. Orientador Guilherme Antonio Michelin, Universidade Presbiteriana Mackenzie. Menção Honrosa e Destaque Equidade e Diversidade.
- (C21) Natália Nanni Fróes. Projeto o registro da memória: transmissão dos vestígios do patrimônio cultural. Orientador Guilherme Antonio Michelin, Universidade Presbiteriana Mackenzie. Menção Honrosa.
- (C22) Maria Luiza Freire Moreira. Projeto Requalificação do Complexo Horto Florestal: uma nova perspectiva social para o centro de Ipiaú (BA). Orientador João Clark de Abreu Sodré, Fundação Armando Alvares Penteado — FAAP. Destaque AU pós-pandemia e Destaque Equidade e Diversidade.
- (C26) Julia Celeguim Mininel. Projeto Ocupar|Habitar|Coabitar: uma possibilidade de retomada da região central de Ribeirão Preto/SP. Orientadora Tania Maria Bulhoes Figueira, Centro Universitário Moura Lacerda. Menção Honrosa.

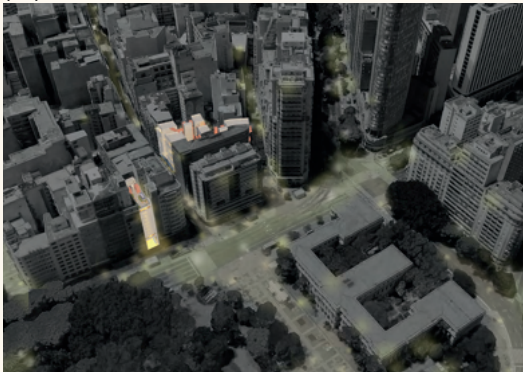
(A6)



(A51)



(C6)



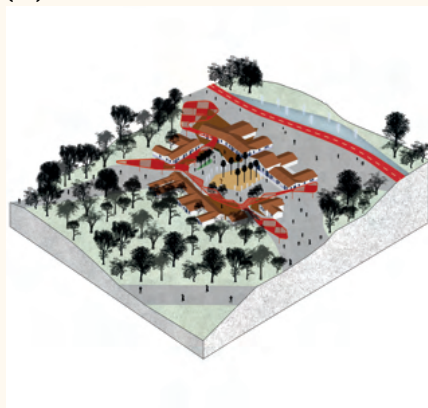
(A53)



(B8)



(B7)



(F21)



(A55)



CATEGORIA PROJETO DE ARQUITETURA EFÊMERA

- (D2) Anita Denari Piffer. Projeto O Urbano Cenográfico: leitura cênica do livro Mar Morto através do município de Santos. Orientadora Christiane Costa Ferreira de Macedo, Universidade Católica de Santos — UNISANTOS. Menção Honrosa.

CATEGORIA PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

- (E7) Thiago Sampaio Rapini. Projeto NOVOS RUMOS: REQUALIFICAÇÃO URBANA DO VALE DO RIBEIRÃO TATU EM LIMEIRA, SP. Orientadora Alessandra Argenton Sciota, Faculdades Integradas Einstein de Limeira. Menção Honrosa.
- (E8) Michelle Balbeck De Nunzio. Projeto Vila O Recomeço: A reestruturação urbano socioambiental por meio da auto reconstrução resiliente e sustentável na comunidade Cité Soleil, Haiti. Orientador Carlos Andrés Hernández Arriagada, Universidade Presbiteriana Mackenzie. Menção Honrosa.
- (E11) Thaline Nunes Rocha. Projeto Sítio Botuquara — um território constituído além de suas barreiras: proposições na periferia da zona noroeste de São Paulo. Orientadora Lígia Pinheiro, Centro Universitário FIAM FAAM. Menção Honrosa.
- (E12) Renata Moracci Yoshitake. Projeto de Intervenção Urbana CEAGESP: preservando a história do maior entreposto da América Latina. Orientadora Arlete Maria Francisco, Universidade Estadual Paulista — UNESP. Menção Honrosa.
- (E13) Leonardo Otávio Oliveira Rodrigues. Projeto O bairro que temos e o bairro que queremos: a Represa Billings como território educativo na cidade de São Paulo. Orientadora Tereza Beatriz Ribeiro Herling, Universidade Presbiteriana Mackenzie. Menção Honrosa, Destaque AU pós-pandemia e Destaque Equidade e Diversidade.

CATEGORIA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

- (F9) Mateus Aparecido Miranda. Projeto Arquitetura Que | brada. Orientadora Fátima Aparecida Martins, Universidade Braz Cubas. Menção Honrosa e Destaque Equidade e Diversidade.
- (F15) Rafaela Lavacchini Faedo. Projeto O preexistente e a transformação do Brás. Orientador Eduardo Gurian, Universidade Presbiteriana Mackenzie. Menção Honrosa.
- (F18) Fernanda Alves de Gouveia Nicastro. Projeto Requalificação de áreas ribeirinhas: o bairro da Correnteza em Manacapuru. Orientador Jair Antonio de Oliveira Junior, Universidade Presbiteriana Mackenzie. Menção Honrosa e Destaque Equidade e Diversidade.
- (F20) Simone Alves Sotero. Projeto A autoconstrução como prática formadora de espaços vivos: Favela Maria Luiza. Orientador Mauro Claro, Universidade Presbiteriana Mackenzie. Menção Honrosa, Destaque AU pós-pandemia e Destaque Equidade e Diversidade.
- (F21) Letícia Regina Sanchietta. Projeto Habitação de Interesse Social: Ribeirão Preto, formação da cidade desigual. Orientador Caio Vinicius Higa, Centro Universitário da Fundação de Ensino Octávio Bastos — UNIFEOB. Destaque AU pós-pandemia.
- (F22) Lorena de Oliveira Silva. Projeto Vidas Invisíveis: Uma proposta de pertencimento. Orientadora Débora Sanches, Universidade Presbiteriana Mackenzie. Menção Honrosa e Destaque AU pós-pandemia.

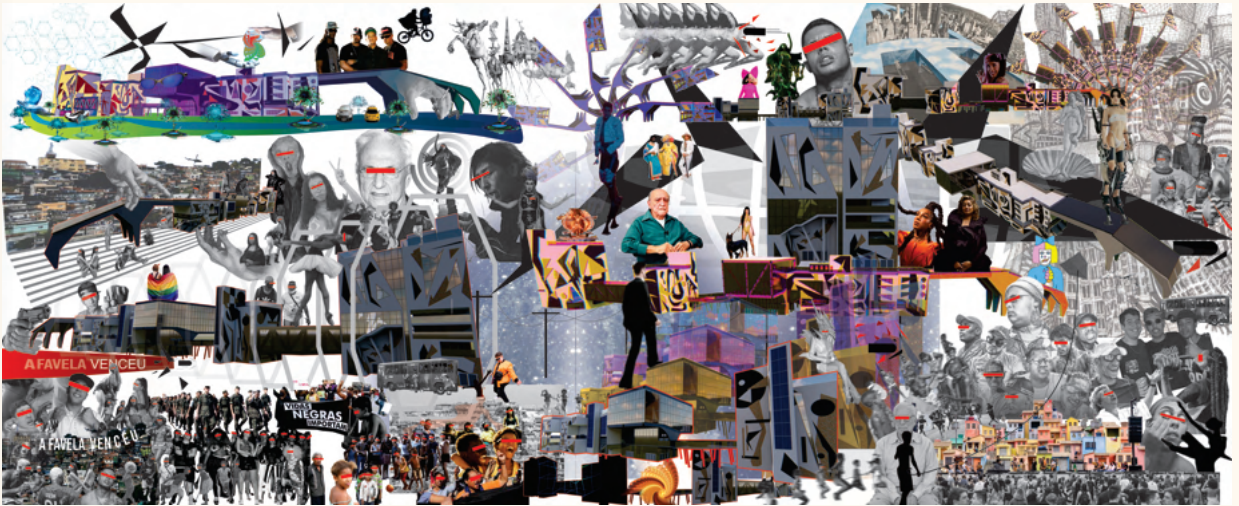
(E11)



(F15)



(B22)



(A18)



(B17)



(A9)



(A49)



(F22)



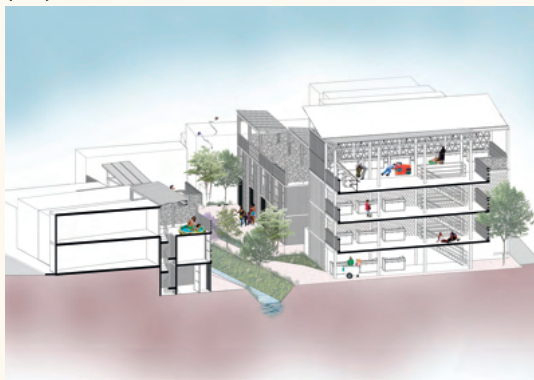
(C11)



(F18)



(F20)



(C19)



(C20)



(C22)



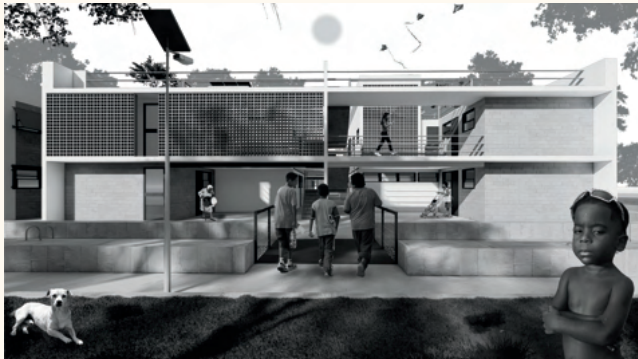
(E8)



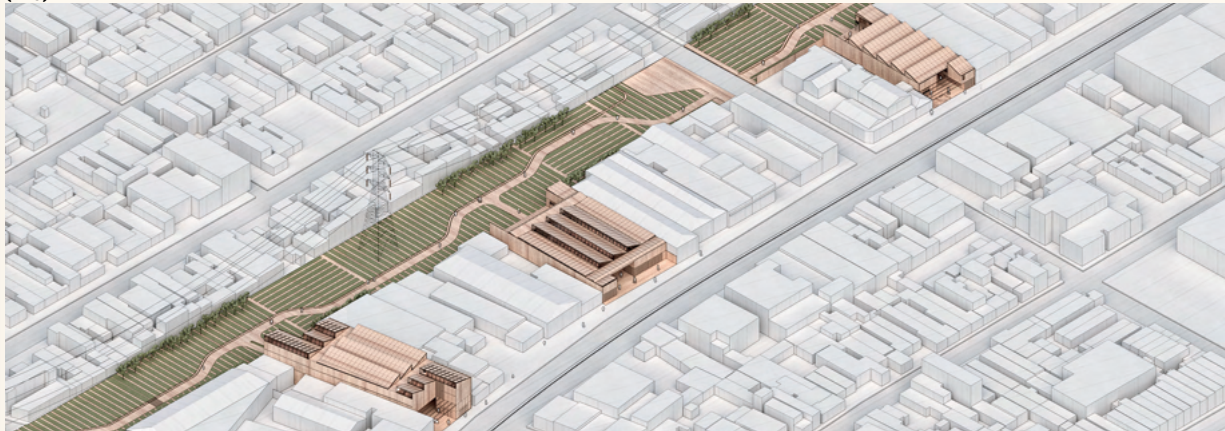
(A8)



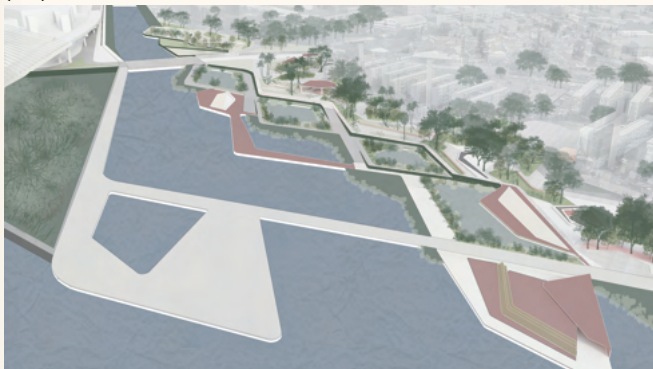
(F9)



(B16)



(B13)



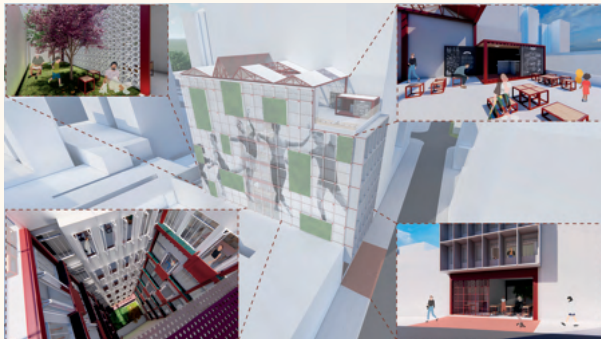
(C5)



(E7)



(C26)



O cotidiano da cidade e a verticalização de São Paulo

POR NADIA SOMEKH



Paraisópolis. © FOTOGRAFIA VILAR RODRIGO – WIKIMEDIA COMMONS

¶ ESTÁ EM CURSO EM SÃO PAULO UMA consulta pública aberta pela Prefeitura objetivando a Revisão Intermediária do Plano Diretor de 2014. A mídia tem dedicado pouco espaço ao assunto, e mesmo a sociedade não está mobilizada o suficiente.

Não deveria ser assim, pois a revisão do Plano Diretor talvez seja a última oportunidade para discutirmos mitos e verdades sobre a regulação urbana da cidade que impactam cruelmente o cotidiano de sua população: a convivência com uma cidade formal, cada vez mais verticalizada, e um mar de moradias precárias nas periferias urbanas.

Um dos mitos sustenta a defesa do frenético ritmo de verticalização dos bairros centrais da cidade com o argumento de que a transformação irá adensar a ocupação da região. A verticalização é um grande passo na solução do aproveitamento do espaço, no entanto, o modo como ela se deu em São Paulo contribuiu para que a cidade nunca concretizasse um projeto de urbanidade consistente e efetivo. O que está ocorrendo é a continuidade da elitização da produção imobiliária, com edifícios residenciais de alto padrão, apartamentos para poucos moradores, voltados para um novo rentismo “airbnb”, o que não significa, portanto, densidade alta.

A produção imobiliária em si não é problemática, desde que seja inclusiva, mas isso não vem acontecendo e não é de hoje.

O processo de verticalização da capital paulista, historicamente, excluiu a população mais pobre dos apartamentos. Até hoje, a regulação urbanística desconsidera o lugar da população de baixa renda na cidade. Esse é o nosso cotidiano.

Localizamos em 1957, com a lei municipal Nº 5.261, o início do processo de elitização da verticalização de São Paulo. Mais precisamente, com a cota mínima de 35 metros quadrados de terreno e a limitação de coeficientes a 4 e 6. Até esse ano, a legislação limitou-se apenas ao estabelecimento de alturas máximas das construções. A partir de então, a produção de pequenos apartamentos, que abrigava populações mais pobres em áreas centrais, acabaria também por limitar o tipo de população que poderia morar em apartamentos. Grandes apartamentos foram produzidos a partir dessas limitações a alta densidade.

Havia uma dupla justificativa para a definição das densidades: em primeiro lugar a tentativa de solucionar o congestionamento advindo do crescimento vertical e, fundamentalmente, “proteger a família” que, segundo o engenheiro e arquiteto Anhaia Mello (1891-1974),

um de seus formuladores, vivia em edifícios “com centenas de apartamentos de quarto, banheiro e a tal de *kitchenette*, que se resume num cantinho com um bico de gás para empestear o ambiente do quarto e banheiro”.

Como consequência, a verticalização se elitizou produzindo grandes apartamentos e excluindo famílias que moravam em áreas centrais e em pequenos apartamentos. As quitinetes deixaram de atender à população mais pobre, que precisou resolver sua questão de moradia espalhando-se em cidades vizinhas, principalmente em favelas, cortiços e loteamentos periféricos e irregulares, que cobrem 65% do território paulistano.

O processo foi se agravando com o tempo. De 1967 a 1972, com a “verticalização do milagre”, o índice de crescimento vertical foi bastante significativo, iniciando-se com as ações do Banco Nacional da Habitação (BNH) na promoção do desenvolvimento imobiliário. De 1972 a 1988: a “verticalização pós-zoneamento”, que se instala depois de promulgada a legislação de zoneamento, passa pela desaceleração econômica da década perdida, pelo fim do BNH em 1986, até a Constituição de 1988 e do Plano Diretor de 1988.

A legislação, até hoje, atende somente às necessidades da produção de mercadorias formais, que conformam uma São Paulo vertical, mas não densa.

As áreas de maior densidade estão junto às comunidades e nas periferias da cidade. O Plano Diretor deve, obrigatoriamente, olhar para esta população expulsa das áreas centrais com infraestrutura consolidada.

A cidade compacta se tornou nos últimos anos a tábua de salvação para o planejamento nos grandes aglomerados urbanos.

Aliando altas densidades populacionais com uso misto, estruturadas ao longo de eixos de transporte coletivos, este “modelo de cidade” vem se tornando um paradigma para “boas práticas” do planejamento e

do desenho urbano em diversas escalas em diferentes localidades e realidades, desde projetos urbanos sustentáveis nos Estados Unidos, alternativas habitacionais em centros históricos de cidades europeias a planos diretores municipais de grandes cidades de países em desenvolvimento.

Neste enredo, a condição *sine qua non* para a cidade compacta é a alta densidade. Mas o que isso significa? Densidade é a qualidade do que é denso, compacto. No contexto do planejamento e do urbanismo, engloba um vasto léxico conceitual: densidade urbana, demográfica, populacional, habitacional ou construtiva.

Todos estes aspectos devem ser levados em conta por um Plano Diretor ou lei de zoneamento que tenha como diretriz incluir “na cidade” os cidadãos paulistanos que moram mal. Aí, sim, poderemos tirar o atraso e tornar o nosso cotidiano uma cidade na qual o território seja instrumento de agregação de cidadãos, e não de segregação.

No entanto, na linha do tempo da verticalização em São Paulo, a questão da densidade não aparece, apesar de se fazer presente na maioria das grandes questões urbanas nas cidades capitalistas ocidentais.

A última atualização da regulação urbana da cidade ensaiou algo nesse sentido, mas a despeito das boas intenções iniciais, acabou sendo apropriada pela iniciativa privada, particularmente por fundos imobiliários e por um novo rentismo puxado pelos investidores que estão saindo da Bolsa.

Veja-se, por exemplo, a recente produção do mercado imobiliário em São Paulo, nas Zonas de Transformação Urbana, revela intensa produção em dois setores distintos da cidade, o vetor sudoeste, sobretudo nas administrações regionais Pinheiros e Vila Mariana, e no setor leste onde destacam-se as administrações regionais Penha e Itaquera. Pequenos apartamentos voltam a ser produzidos, não para atender quem precisa, mas para constituir uma nova “classe rentista”.

Em paralelo, a inovadora “cota de solidariedade”, por enquanto, significou muito pouco na sua baixa escala de implementação. Precisamos de políticas mais amplas de recuperação do enorme passivo existente.

Em resumo, o processo de verticalização de São Paulo excluiu dos mais pobres a possibilidade de morar em apartamentos, o que ocasionou a produção de loteamentos periféricos irregulares e moradias precárias. O Plano Diretor não pode olhar apenas para a “cidade formal”, tem que induzir o resgate deste passivo imenso.

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil propõe o programa “Mais Arquitetos” para enfrentar o problema das 25 milhões de moradias precárias no Brasil, sendo quase dois milhões na cidade de São Paulo.

Uma das alternativas é a transformação da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) em política de Estado, com transferências de recursos da União para os municípios. Desta forma, a implementação da lei ganhará escala no país, e arquitetos, engenheiros e outros profissionais, remunerados pelas prefeituras, poderão empregar seus conhecimentos técnicos para reformas ou melhorias das casas precárias.

Para nós, do CAU, este deve ser o foco principal da revisão do Plano Diretor, que precisa ser objeto de debate democrático e, especialmente, didático, para alcançar aqueles que são leigos na matéria, os potenciais novos prejudicados pela ideologia da atual regulação urbana da cidade.

Vamos encarar isso de frente e transformar nosso cotidiano? ✕

NADIA SOMEKH, PROFESSORA EMÉRITA DA FAU-MACKENZIE E
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO
BRASIL (CAU BRASIL) — GESTÃO 2021-2023.



MANIFESTO CAU/BR —
MORADIA DIGNA

↗ bit.ly/3LITKB1

REFERÊNCIAS

SOMEKH, Nadia. A cidade vertical e urbanismo modernizador: São Paulo, 1920-1939: Studio Nobel; FAPESP; EDUSP, 1997, 2014

Cortiços de luxo, os arranha-céus.
Correio Paulistano, 30 de junho de 1957

ELEIÇÕES DO CAU  2023

CHEGOU A HORA DE VOCÊ DECIDIR O FUTURO DA NOSSA PROFISSÃO!



Vamos construir o CAU que queremos!

No dia 10 de outubro, os arquitetos e urbanistas brasileiros vão escolher seus representantes para a gestão 2024/2026 no CAU Brasil e nos CAU/UF.

COMO PARTICIPAR DAS ELEIÇÕES DO CAU?



O Edital de Convocação das Eleições do CAU será publicado no dia 14 de julho, com todas as informações necessárias. E o início do registro de candidatura é 31 de julho. Até lá, mantenha-se informado sobre as novidades do processo eleitoral.

- Acesse o SICCAU e atualize seus dados
- Confira o Calendário Eleitoral no site
- Acompanhe as redes sociais do CAU Brasil

POSSO SER UM(A) CONSELHEIRO(A) DO CAU?



O CAU é composto apenas por arquitetas e arquitetos e urbanistas. Seus representantes são escolhidos por meio do voto direto dos profissionais registrados.

Qualquer arquiteta ou arquiteto com registro ativo e com anuidade e débitos quitados pode participar. Neste ano, passa a valer o sistema de cotas de diversidade dentro das chapas candidatas.

- + Mulheres, pessoas pardas
- + Pretas ou indígenas, pessoas LGBTQIA+
- + Pessoas com deficiência (PCD)
- + Jovens profissionais
- + Profissionais do interior dos estados

Confira o Regulamento Eleitoral em www.cau.br.gov.br

O CAU É DE TODAS E TODOS! PARTICIPE!



TAPUME → LAÍS GRANADO → Trabalho, pão, água, casa

Experiência do inútil, enfim

POR RICARDO LUIS SILVA



Das coisas que fazem o cotidiano. © RICARDO LUIS SILVA.

Perec constata, já nos anos 1970, nossa ignorância em ver a Cidade. Condenamos nosso ato de ver ao puro condicionamento mercadológico e espetacular. Vemos o mundo com olhos objetivos, mecanizados, procuramos e decodificamos apenas o funcional e utilitário. Fica evidente a consequente relação que temos com a construção da Cidade. Um olhar utilitário e mercadológico constrói Cidades do mesmo tipo.

Nessa *tentativa de esgotar um lugar parisiense* o autor se propõe a sair de casa numa sexta-feira de um final de outono do ano de 1974, caminhar até a *Place Saint-Sulpice* e procurar um lugar para se acomodar e observar. Durante três dias seguidos (18, 19 e 20 de outubro) Perec se instala em cafés, tabacarias e bancos no entorno da praça para observar e registrar em seu caderno tudo o que acontecia a seu redor.

Ele vai anotando, em distintos momentos do dia, tudo o que estava ao alcance do seu olhar: os acontecimentos cotidianos da rua, a circulação de veículos, pessoas, animais, nuvens, a passagem do tempo. Seu caderno vira uma lista de todos aqueles fatos mais insignificantes da vida cotidiana. No domingo, após quase 60 páginas de notas e registros, Perec tem uma coleção de imagens, instantes, gestos. Nas suas mãos um texto composto por fotografias escritas, um catálogo de ações, momentos de mais ou menos luz, pessoas caminhando e carregando coisas, carros estacionando ou partindo, turistas, ônibus de turistas, voos de pombos, objetos e jeitos.

Perec assume um papel de iniciação de um etnógrafo, estabelece a presença contemporânea do 'vouyer' urbano; um contemplador e narrador da cidade. Dá continuidade à estirpe genealógica de E. T. A. Hoffmann, Edgar Allan Poe, Charles Baudelaire, André Breton e Louis Aragon! Narra, assim como seus antecessores, a realidade que nos escapa. Lança-se no vazio,

¶ PARISIENSE, ESCRITOR SENSÍVEL à sua cidade, Georges Perec (1936-1982) é um construtor de narrativas da condição urbana. Ao lançar um olhar curioso sobre "a Cidade", distende o tempo e as coisas banais do dia a dia e traz à tona uma possibilidade de fazer "a Cidade" enquanto não se faz nada.

Integrante, desde 1967, do OuLiPo, grupo literário que explora a potente junção entre matemática e literatura, do qual participam também Italo Calvino, Marcel Duchamp e Raymond Queneau, Perec se aventurou em experiências com restrições literárias, jogos de palavras, palavras-cruzadas, palíndromos e esgotamentos da linguagem.

Tentative d'épuisement d'un lieu parisien, até então inédito em português (traduzido por Ivo Barroso), é um convite. Um convite a estarmos na "Cidade" (sim, em maiúsculo) de uma outra forma. Um convite à experiência.

Experiência que Perec realizou e transformou em texto, que foi publicado originalmente no número especial *Pourrissement des sociétés* de 1975 da revista *Cause Commune*, fundada em 1972 por Jean Duvignaud (que "aparece" no texto em determinado instante), Paul Virilio e o próprio Perec. Texto que logo em seguida seria lançado em forma de livro pelo editor Christian Bourgois.

Texto publicado originalmente como prefácio do livro *Tentativa de esgotamento de um local parisiense*, de Georges Perec, pela editora GG em 2016.

minusculariza a realidade, dá valor ao ordinário e ao inútil. Para o autor o nada é infinitamente rico que nada pode esgotá-lo, nem mesmo sua ação indiciária narrada no texto.

Retoma também a primeira atitude da personagem convalescente de Poe, assistindo ao movimento da multidão através da vitrine de um café, e, com essa retomada, marca poeticamente a passagem da cidade industrial, homogênea, utilitária e higienista do final do século XIX, para uma cidade pós-industrial, multicultural, consumista e turística do final do século XX.

Uma atitude que nos solicita “enxergar” a Cidade. Um ato consciente. Ato que deveria ser realizado à exaustão. Forçar o corpo ao seu limite, o lugar ao seu limite. Estressar o sistema. Conduzir o conjunto a um estado crítico, até a fragilização da aparente estabilidade funcional e organizacional que envolve o lugar.

Inutilizá-lo, revelar seu verdadeiro estado. Colocá-lo cru e totalmente disponível à leitura, sem máscaras, empecilhos, representações espetaculares, imagens pré-estabelecidas. Enxergá-lo na sua essência, vulgaridade, realidade, possibilidade.

Retirar tudo, até não sobrar nada. Esgotar o lugar.

E nessa tentativa de esgotamento daquele lugar, Perec joga e manipula uma discussão sobre a presença do “Tempo” na cidade contemporânea. E não é a primeira vez que o “Tempo” se torna uma questão nos seus textos: em “O homem que dorme” o autor faz várias tentativas de parar o tempo, reduzi-lo ao máximo. Já aqui, sua narrativa tenta exprimir, descrever e espacializar o “Tempo” na Cidade.

Uma narrativa que não tem regra nem cadência, as coisas são registradas de acordo com a afetação dos sentidos do autor, sem ordem, hierarquia ou periodicidade. É impossível saber quanto tempo passa entre um registro e outro; eles podem ter acontecido simultaneamente, com segundos de intervalo ou até mesmo longos minutos. Apenas alguns elementos, registrados

repetidamente, fazem as vezes de um metrônomo poético: os ônibus de transporte coletivo de linha são transformados em seus números de registro — 63, 87, 96 etc. — e um automóvel Citroën “dois cavalos” de cor maçã verde transformam-se em ritmo narrativo e marcador da passagem do tempo. Em um momento Perec inclusive se pergunta “Por que conto os ônibus que passam? Sem dúvida, porque são reconhecíveis e regulares: marcam o tempo, dão ritmo ao ruído de fundo. Em última instância, são previsíveis”.

Do começo ao fim do livro veremos um narrador fazendo-nos um convite derradeiro: ir à Cidade e estar nela, estar quieto e contemplá-la. Talvez assumir esse lugar e esse tempo desconfortáveis, assumir a pausa nessa Cidade que não para e estar nessa Cidade que não é nossa.

E, mesmo assim, chegar ao fim e constatar que tal esgotamento não consegue ser completo, total. Sempre surgirá uma nova camada de inutilidade, de possibilidade de esgotamento. Sempre haverá algo novo a ser esgotado, graças a passagem do tempo, do nada acontecendo. E é nessa resistência ao esgotamento justamente que se mostra a potencialidade da experiência, sua riqueza como narrativa de um lugar, leitura e escritura da Cidade, experiência e construção da vida cotidiana. ✕

RICARDO LUIS SILVA É PROFESSOR
DOUTOR DE CRÍTICA E ESTÉTICA NO
CENTRO UNIVERSITÁRIO SENAC.

NOTAS

1 De Hoffmann ver “A janela de esquina do meu primo”; de Poe; ver “O homem da multidão”; de Baudelaire; ver “O pintor da Vida moderna”; de Breton; ver “Nadja” e de Aragon ver “O camponês de Paris”.

REFERÊNCIAS

PEREC, Georges. *Tentativa de esgotamento de um local parisiense*. São Paulo: Gustavo Gili, 2016.

SILVA, Ricardo Luis. *Elogios à inutilidade: A incorporação do Trapeiro como possibilidade de apropriação e leitura da Cidade e sua alteridade urbana*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2009.







Uma cidade dentro da cidade

POR LAYLLA LOUISE ALVES SILVA



© LAYLLA LOUISE ALVES SILVA

da SOHO House (cliente) e mostrar ao chefe; 02: Reunião de acompanhamento semanal da equipe; 03: Reunião com o consultor de ar condicionado. Mais um dia corrido e mais um gole de café para ficar atenta, são muitos consultores e projetos complementares a serem analisados: iluminações decorativas, equipamentos de emergência, 'sprinklers', detectores de fumaça, molduras decorativas de forro, ar condicionado, antenas Wi-Fi, estruturas... nossa já são 10 horas; sim, chefe, falta pouco para finalização da planta, logo enviaremos ao cliente.

Sempre me pego pensando em quantas histórias essas edificações já presenciaram. Nascimentos, batizados, cirurgias, tratamentos... Como será que seus espaços foram concebidos para atender a todos em sua época? Que privilégio esse o meu, de poder participar de um novo capítulo em sua história... Essa não, mais um conflito nas plantas, melhor ir à obra medir essas janelas, elas não podem interferir no cortineiro de jeito nenhum.

Bota, capacete, colete refletivo, trena, prancheta, planta e lapiseira. Sorte que o canteiro de obras dá pra ver da janela do escritório, desço pelo elevador, atravesso a rua na faixa de pedestre e pronto, bem-vindos a Cidade Matarazzo.

10h47 — Bom dia, Seu José, sempre cuidando da portaria, vou ali rapidinho no Bloco A (antiga Casa de Saúde Francisco Matarazzo — 1915) medir as janelas do futuro Hotel Soho. Longa caminhada até o bloco, afinal, sobe escada, desce escada olha para cima, para baixo e cuidado com os entulhos. Abre a trena, confere medida e anota: 1,5m x 3,0m e 0,75m de peitoril nessa primeira janela.

Que bom que o CONDEPHAAT não deixou que essa história se perdesse, quantos enfermos que se trataram aqui, quantos nascimentos essas paredes presenciaram, muitas histórias que não são mais possíveis de serem

¶ [21/11/22] SEGUNDA-FEIRA, 5H30: Toca o despertador, ah não, só mais 10 minutinhos. Triim, melhor acordar, já estou atrasada e ainda preciso tomar um banho. Vou pegar meu café e ir caminhando até a estação de trem... "Próxima estação: Vila Lobos - Jaguaré", como gostaria de ter tempo para aproveitar esse parque durante a semana, mas ainda bem que o rio está ficando mais limpo, ainda assim, nem dá para acreditar que há menos de um século muitos dos paulistanos nadavam por aqui. "Próxima estação: Pinheiros", nossa, como o trem está lotado, bom, nada fora do comum.

"Próxima estação: Consolação", finalmente estou chegando ao escritório, só mais uma baldeação. "Próxima estação: Trianon-Masp", que privilégio que tenho de dar de cara todas as manhãs com o Masp, Lina Bo Bardi realmente marcou para sempre a vida dos paulistanos. Agora só descer a rua Itapeva, preciso me apressar, afinal já são 8h12.

8h18 — Bom dia a todos! Vou ligar o computador e ir buscar um café; "Bom dia, Teresa!" Simplesmente, o melhor café de todos, sempre feito com muito carinho. Hora de checar os e-mails, abrir o CAD, acessar à internet e "play" na música para concentrar. Tarefas de hoje; 01: Finalizar a compatibilização da planta de forro



© LAYLLA LOUISE ALVES SILVA

contadas, apenas senti-las através de suas paredes e janelas em ruínas, telhados com tesouras de madeira escoradas devido ao tempo que infelizmente, as destruiu, resultado de anos de abandono, depredações e ocupações. Última janela a medir e vamos voltar ao escritório, afinal já é quase horário de almoço.

12h37 — Preciso ir logo esquentar a minha marmitta, o dia está corrido, tenho que me preparar para a reunião. Última garfada e pronto, hora de tomar um solzinho e caminhar na Av. Paulista, cheia de vida, com parques, ciclistas e claro, o Masp; mas mesmo assim vou muito atenta, infelizmente a cidade está cada vez mais perigosa e desigual, é triste pensar que isso pode afastar todas essas vidas que transitam diariamente por aqui. Como já dizia Jan Gehl em seu livro *Cidade para Pessoas*, “Sentir-se seguro é fundamental para que as pessoas abracem o espaço urbano” (Jan Gehl; 2013, p.91). Melhor voltar para a rua Itapeva, vou me sentar no banco da faculdade ao lado, assim consigo descansar e contemplar essa cidade dentro da cidade (Cidade Matarazzo).

À medida que o projeto avança, me sinto cada vez mais distante dessa realidade, será que algum dia poderei visitá-la a passeio? Apesar de hoje ser um “espaço público” não me sinto parte desse “público”, mas hoje, fico realizada em saber que meu trabalho e meus esforços constroem um novo legado junto a este importante complexo.

13h20 — apesar de ter uma hora de almoço, preciso voltar e alinhar a pauta da reunião. Vou analisar o projeto de ar condicionado, será que conseguimos rotacionar esse ‘fan coil’? Bom, mais uma pergunta ao consultor. Às vezes fico refletindo a respeito da minha profissão, como nós arquitetos somos importantes, uma espécie de maestro da orquestra, na qual coordenamos todos os outros instrumentistas (projetistas, consultores, etc.) para que assim, possamos construir a melodia perfeita, ou seja, um projeto finalizado, coordenado e executado com maestria.

14h10 — Início da reunião. Após uma longa conversa, nos alinhamos; entrega do projeto do consultor revisado para a próxima semana.



© LAYLLA LOUISE ALVES SILVA

Hora de finalizar a compatibilização desse forro. Últimos ajustes, cotas, chamadas, legenda, carimbo, tudo preenchido. Salvar, fechar PDF e enviar o e-mail ao chefe: “Prezado chefe, os arquivos encontram-se fechados e prontos para cadastro/ envio ao cliente, apenas aguardando sua liberação”. Logo depois, “Liberado, pode cadastrar e encaminhar a SOHO.” Afinal, já havíamos visto juntos o projeto anteriormente. Finalizada mais uma tarefa com sucesso e antes das 18h.

Agora o que resta para finalizar o expediente é mais uma reunião com a equipe, para amanhã, iniciarmos a compatibilização do outro bloco, que durará mais alguns dias e... [18h34](#); está mais que na hora de ir embora, ‘logoff’ e desligar o computador. “Boa noite, pessoal, até amanhã”.

Finalmente, hora de ir para casa. Achei que o metrô e o trem estavam cheios pela manhã, mas parece que me equivoquei, agora que está completamente lotado. [19h37](#), Oi, Milka (filha de 4 patas), hora de jantar, mas novamente não deu tempo de passar no mercado... bom deixa pra lá, nem estava com fome mesmo... agora vou tomar um banho para descansar, afinal, amanhã não posso me atrasar, preciso chegar mais cedo. ✕

LAYLLA LOUISE ALVES SILVA, FORMADA PELA FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE BELAS ARTES DE SÃO PAULO (2018). JÁ TRABALHOU COMO ARQUITETA DE INTERIORES E MÓVEIS PLANEJADOS; ATUALMENTE É ARQUITETA PROJETISTA NA EMPRESA ADF (ATELIER DE FRANCE), CORRESPONSÁVEL PELA COMPATIBILIZAÇÃO PROJETUAL DO HOTEL ROSEWOOD E ATUALMENTE, HOTEL SOHO HOUSE SÃO PAULO, AMBOS DA CIDADE MATARAZZO.

REFERÊNCIAS

GEHL, Jan, *Cidade Para Pessoas*. Tradução: Anita Di Marco. 2º Ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. 91 p.





Projetos urbanos e subjetividade na travessia cotidiana do Capão Redondo

POR OTÁVIO CAMPOS ARANTES, VOLIA REGINA KATO E LIZETE MARIA RUBANO



“Minhoca de metal que corta as ruas”. CR, 2022. © OTÁVIO CAMPOS ARANTES

¶ O DESEJO DE QUE MAIS PESSOAS vivam próximas às estruturas de mobilidade, aos equipamentos públicos, às oportunidades de trabalho, na cidade equipada, representa uma busca de equidade na vida urbana. Mais que um desejo, as políticas públicas deveriam contemplar o acesso ao território infraestruturado como condição primeira, enfrentando o dispositivo coercitivo e excludente da propriedade privada com a função social da propriedade, colocada como princípio pelo Estatuto da Cidade, promulgado em 2001, e tão pouco implementado.

Como outros territórios periféricos, marcados pela violência e ausência de Estado, o Capão Redondo foi palco de um registro expressivo das condições precárias postas como limitadoras de experiências e de perspectivas econômicas aos seus moradores. Entretanto caracterizou-se, também, como lócus de extraordinária riqueza cultural a nível nacional.

“O Capão não tinha nada a oferecer nessa época, além de lama e tomar tiro...íamos para o centro para ver luz” (Mano Brown in “Racionais MC’s. Das ruas de São Paulo pro mundo”, longa de Juliana Vicente, 2022, reportando-se ao Capão Redondo, zona sudoeste da cidade de São Paulo nos anos 80).

As imagens que conduzem o texto são resultado de uma aproximação ao território a partir do trabalho de recenseador no Censo Demográfico do IBGE. Essas cenas revelam, agora em 2022, possíveis registros da vida envoltos nas cadências cotidianas e apontam uma possível dimensão do projeto, ainda que pontualmente, destacando as grandes estruturas e as singularidades de um lugar.

A cidade densa e compacta, com mais pessoas tendo acesso aos eixos de mobilidade pautou um dos temas centrais do PDE (2014)



Travessia para o CEU. CR, 2022. © OTÁVIO CAMPOS ARANTES

de São Paulo: a partir das ZEU (Zonas Eixo de Estruturação), novas densidades seriam implementadas na cidade, democratizando os recursos e o acesso, qualificando e incluindo a vida comum. A perspectiva era a de um modelo sustentável na macroescala, além de se idealizar uma possível retenção do espraiamento territorial indevido.

Entretanto, o que vimos é que somente o mercado (incorporadores, construtores e bancos) se utilizou dessa alternativa — da boa localização e da riqueza investida — para promover habitações para quem pode pagar — e muito — por ela, agravando a segregação e a desigualdade. Não vimos a cota de solidariedade sendo implementada e nenhuma ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) sendo realizada nos eixos de estruturação, reforçando o processo especulativo viciado, que obriga a ocupação de áreas de risco e mananciais.

Pode-se constatar que pouco sobrou como alternativa de áreas/localização à democratização da cidade. As periferias continuam sendo lócus da vida da grande maioria da população e elas se transformam no tempo. Essa transformação, resultado desse tempo e da constatação da impossibilidade de se democratizar localização (nosso grande embate político), emerge nas escalas apontadas anteriormente e que vão sendo reveladas como possíveis.

O registro fotográfico em questão representa essa aproximação sucessiva, da articulação macrourbana (as redes de transporte), do espaço “intermediário” e da apropriação mais plena de um lugar como possível à vida compartilhada.

Material documental de cenas sujeitas a uma pluralidade de interpretações, pode nos remeter à identificação de *modus operandi* presentes no território, inclusive de suas transformações pela ação do projeto

e das apropriações criativas. As imagens horizontais remetem a uma certa condição formal — dada pelos equipamentos públicos consolidados — e, as verticais, às marcas dessa cidade feita pela informalidade, que aparecem como benesses ou, no mínimo, potências deflagradoras de outra condição de vida urbana.

O território periférico vai ganhando densidade histórica e revelando potências a serem reconhecidas e ampliadas. A rede de CEUs (Centros Educacionais Unificados) — e mais ainda o anunciado território CEU — representa uma escala que se apresenta como justa e necessária ao acontecimento urbano. Aqui, o papel do projeto como ação do Estado reforça a contribuição disciplinar nas políticas, com vistas a construir territorialidades de cidadania.

Por outro lado, a urbanização precária produzida sem projeto também revela espaços singulares: é o caso das vielas que, quando qualificadas por equipamentos públicos e pelo uso, conformam uma potência urbana e de sociabilidade especiais.

O tempo histórico dos lugares e a criação de vínculos — públicos, coletivos, de vizinhança e solidariedade — podem ser, também, identificados como agentes na transformação dos espaços urbanos focalizados. Se as periferias representam o desafio da dívida social que se materializa nos territórios precários, pode-se reconhecer, também, que adensadas pelo tempo e pelo trabalho humano nelas empregado pelos seus moradores, conformam condições potenciais a serem percebidas e incorporadas na dimensão do projeto, já que apontam práticas sensíveis de sociabilidades e de identidades comuns, transformando os espaços em lugares da vida minimamente desejada.

A noite — na viela onde os garotos se encontram — é um registro desse olhar e aponta múltiplas possibilidades à relação entre a vida e o espaço da cidade, ainda que



Potência e Desejo / O Habitar e o Encontro. CR, 2022. © OTÁVIO CAMPOS ARANTES

essa seja a cidade deixada à margem do direito a ela.

No instante do *clíc*, espanta a forma com que o garoto, na sacada de sua residência — semelhante a um púlpito do pastor marginal, — parece recitar o ritmo e poesia consagrados pelos Racionais MC's, reforçando, a música como “Raio X” territorial, sua atemporalidade e a potência cultural periférica:

“É lá que moram meus irmãos meus amigos
E a maioria por aqui se parece comigo
E eu também sou bam bam bam e o que manda” ✕

OTÁVIO CAMPOS ARANTES É ARQUITETO URBANISTA, PESQUISADOR, PÓS-GRADUANDO NA UPM E RECENSEADOR DO IBGE / VOLIA KATO É SOCIOLOGA, PROFESSORA DOUTORA E PESQUISADORA DA FAU-MACKENZIE / LIZETE MARIA RUBANO É ARQUITETA URBANISTA, PESQUISADORA E PROFESSORA NA FAU-MACKENZIE.

REFERÊNCIAS

DUVALL, Hernán. Ciudad y periferia. In: *ARS*, Santiago de Chile: CEDLA, n.6, set. 1985, p.40.

MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: vozes, 2011.

RACIONAIS MCs. Fim de semana no parque in Álbum: *Raio X Brasil*. São Paulo: Zimbabwe Records, 1993. LP. Faixa 2.

SANTOS, Milton. *O retorno do território in território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

VILLAÇA, Flavio. *O espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Nobel, 2012.



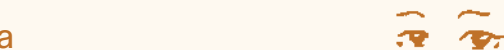


Nas estações do Metrô:

quatro poemas sobre deriva

POR TAMARA CRESPIN.

ILUSTRAÇÕES: MANOELA AMBROSIO



ESTAÇÃO TRIANON-MASP
LINHA 02 — VERDE

difficilmente se arranca a lembrança
disse quando se encontra
réplicas — réplicas de pinturas
do acervo
do *masp*
museu de arte assis chateaubriand

difficilmente se arranca a lembrança
disse quando se depara
com uma pequena vitrine embasada, nela

rosa e azul
de *pierre-auguste renoir, 1881*

difficilmente se arranca a lembrança
disse quando se aproxima —
uma moça se aproxima

ela me lembra a minha
tia-bisavó lea
eu nunca conheci a minha
tia-bisavó lea
eu nunca vi a minha
tia-bisavó lea

mas alguma coisa me diz
que essa moça se parece
com a minha
tia-bisavó lea

um homem encara a estação
sai do trem
observa analisa
e entende que aquilo,
mesmo que faça parte de seu percurso,
é preferível que não seja visto —
volta para dentro.

faço o mesmo movimento
como se aquela estação
nunca sequer estivesse
existido.



ESTAÇÃO VERGUEIRO

LINHA 01 — AZUL

as mulheres trabalham no *exército da salvação*
mulher com filhos, com carrinhos de bebê,
com carrinhos de compras,
sacolas de papel, sacolas plásticas, bolsas de marcas.

as mulheres remexem em suas bolsas
à procura de caneta, lápis,
envelopes, bolsas térmicas, carteiras,
batom.

as mulheres vestem roupas estampadas,
floridas, listradas, calça jeans e
salto alto.

as mulheres vestem camisas com
mangas curtas, mangas longas, regatas.

as mulheres movimentam as mãos,
desembaçam suas lentes, ajustam suas máscaras,
ajeitam seus óculos sob a máscara, ajeitam a bolsa,
ajeitam a calça, ajeitam o cabelo.

as mulheres cuidam de seus cabelos.

os homens caminham cabisbaixos,
e elevam seus rostos ao olhar o espelho
e observar atentamente o lado em que estou.
percebo este olhar.

e antes de eu aplicar...

nesta plataforma há,
mais ou menos,
20 pessoas.

ESTAÇÃO PARAÍSO
LINHA 01 — AZUL

o lixo está vazio.
mas apenas visualmente vazio.
isso porque, diariamente,
por essa estação
são coletadas e deixadas
lembranças das mais diversas.

a pessoas conversam em silêncio,
com seus cadernos, com suas agendas,
com seus celulares,
e aguardam a entrada no vagão.

algumas se mostram mais desesperadas,
ou impacientes que outras.

em uma das entradas,
9 pessoas aguardam.
na primeira fila
está a mulher de casaquinho vermelho
que correu para conseguir entrar no vagão anterior,
mas que se rendeu logo que a porta se fechou.

os encontros são visíveis,
e evitados
apenas pela quantidade de gente
pelo silêncio, pela vida individual.

mas, no olhar —
no olhar
esse encontro é possível.
os olhos também podem ser lugares de estar.

*e por conta disso,
casal de senhores idosos
observam o movimento.*



ESTAÇÃO SANTA CECÍLIA
LINHA 03 – VERMELHA

a estação *santa cecília* foi construída em 1983
e projetada por arquitetos *desconhecidos*.
não é uma estação *profunda*,
apesar de ligeiramente
escavada para dentro da terra.

possui mezanino de distribuição e
plataformas laterais
em
concreto *amargo* *aparente*.
aberturas
iluminação *de fora*.

acesso para pessoas portadoras de deficiências
físicas. *mas sem*
escadas rolantes.
seu acesso é feito por
rampas

nas entradas

[diz-se que a rampa permite um passeio]

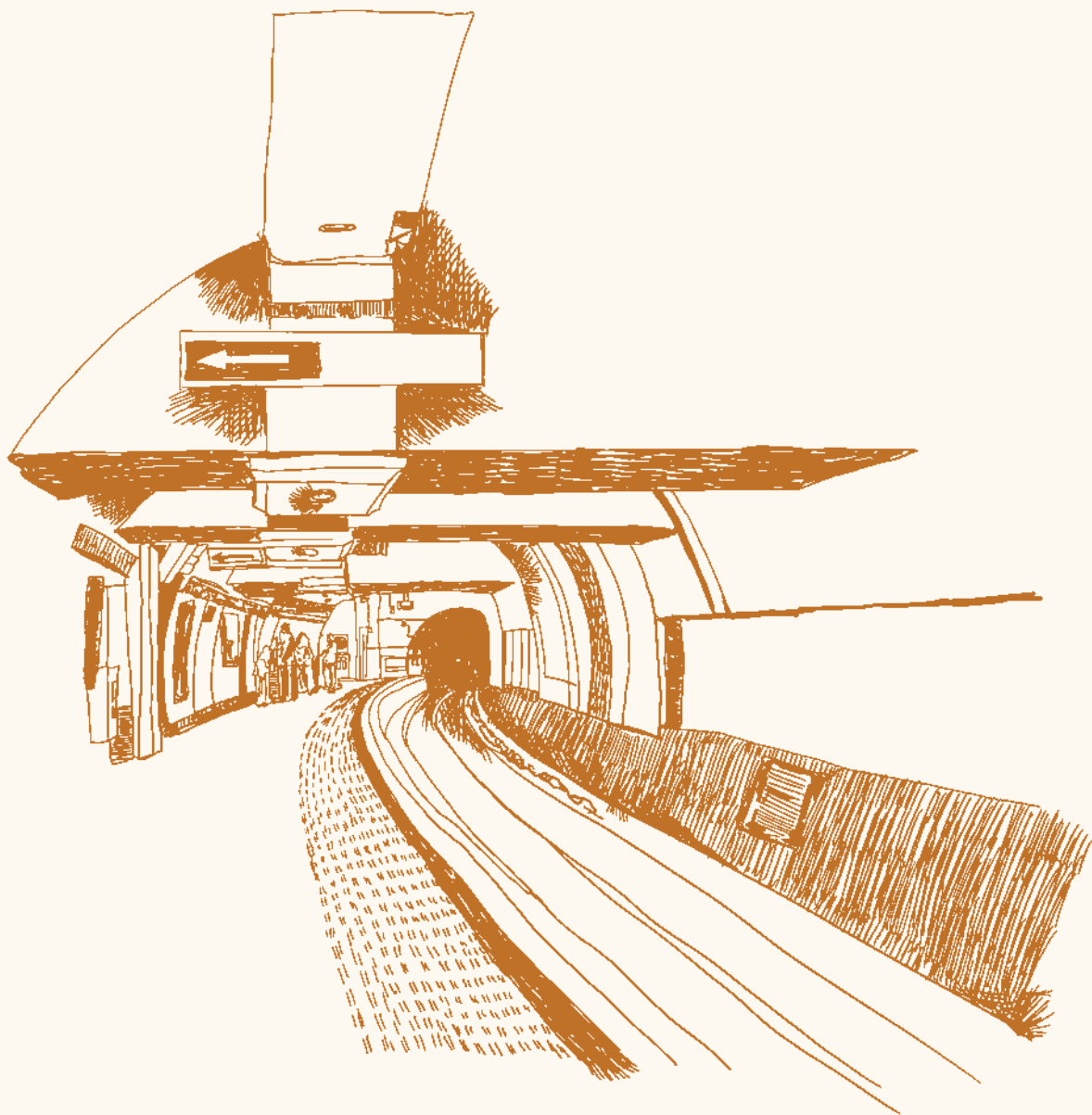
e
internamente
as *passagens* são realizadas por escadas *normais*
acessíveis para cadeirantes
por meio de *um*
elevador.

a linha 3 do metrô de são paulo
é um projeto da via *leste* - *oeste*
da cidade
e concebido entre os anos de 1973-1978

ante isso, o que lhes aguarda ao final
é o mais
importante.

a estação é vista em *mão-dupla*,
e assim torna-se possível observar a via em sentido
oposto, a possibilidade de fuga,
de retorno.

seria toda volta uma espécie de recompensa?

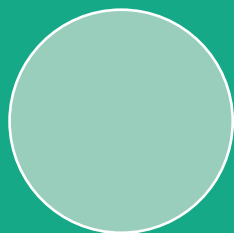


TAMARA CRESPIN É FILHA DE LUCIANA, QUE É FILHA DE DORA, QUE É FILHA DE TRENA. ESTUDANTE DE ARQUITETURA E URBANISMO NA ESCOLA DA CIDADE; ENSAÍSTA, NÃO SEGUIU CARREIRA EM DIREITO — COMO GRANDE PARTE DE SUA FAMÍLIA. VIVE UM JUDAÍSMO SECULAR AO CONTRÁRIO DE SEUS ANTEPASSADOS. E PESQUISA E PRODUZ NAS INTERSECÇÕES DE ARTE, CIDADE, POESIA CONTEMPORÂNEA, COLAGEM E DESIGN GRÁFICO.

MANOELA AMBRÓSIO É ESTUDANTE DE ARQUITETURA E URBANISMO NA ESCOLA DA CIDADE, COM PRODUÇÕES NAS ÁREAS DE DESENHO E DESIGN GRÁFICO.

Em defesa de uma cidade para todos

POR FRANCIELLE H. LUCENA E MANOEL J. P. NEGRAES



defendida por boa parte dos profissionais e ativistas do segmento. Essa nova perspectiva mostra que a deficiência não está no corpo, não é o resultado de uma lesão ou de uma doença, e sim, o resultado da interação entre o corpo com lesão ou doença e as barreiras impostas por uma sociedade pouco sensível à diversidade corporal.

Em outras palavras, segundo o modelo social, a qualidade de vida e o exercício da cidadania das pessoas com deficiência depende da eliminação das diversas barreiras arquitetônicas, atitudinais e de comunicação e não apenas dos serviços de reabilitação que, muitas vezes, ainda buscam um “ajustamento” a padrões de normalidade presentes nos espaços e equipamentos públicos. Mais ainda, essa perspectiva social defende o comprometimento de toda a sociedade, no caso do direito à cidade, dos profissionais responsáveis pelo planejamento e pela construção desses espaços e equipamentos públicos.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei Federal 13.146/2015) determina que na concepção e implantação de projetos o desenho universal será sempre tomado como regra de caráter geral, sendo adotada a adaptação razoável nas hipóteses em que comprovadamente o desenho universal não possa ser empreendido. Já a NBR 9050, de 2020, esclarece que o conceito de desenho universal tem os seguintes pressupostos: equiparação das possibilidades de uso, flexibilidade no uso, uso simples e intuitivo, captação da informação, tolerância ao erro, mínimo esforço físico, dimensionamento de espaços para acesso e uso e interação de todos os usuários.

De fato, o cotidiano de uma pessoa com deficiência poderia ser facilitado ou mesmo o impedimento poderia não trazer nenhuma dificuldade, caso as barreiras fossem eliminadas ou, melhor ainda, caso os espaços e equipamentos já fossem planejados e cons-

¶ O DIREITO À CIDADE é uma pauta mundial que enfatiza o uso dos espaços e equipamentos públicos por todos os cidadãos, de uma maneira sustentável e acessível. Assim, esse breve depoimento, que combina as experiências de dois profissionais, sendo um deles com deficiência, tem o objetivo de contribuir com esse debate tão fundamental para a garantia dos direitos humanos de milhões de pessoas com deficiência.

Um primeiro ponto importante, nesse sentido, é entender como esse segmento é compreendido atualmente, tendo em vista as conquistas que estão na legislação brasileira e internacional. Por exemplo, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas, incorporada à Constituição Federal, define que “as pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

Essa definição representa um grande avanço no entendimento sobre a deficiência, na medida em que busca superar o modelo médico, ainda hegemônico no senso comum, reforçando a perspectiva do modelo social,

truídos conforme a legislação. Contudo, as condições de acessibilidade que encontramos nas cidades brasileiras são muito aquém do que está legalmente previsto, refletindo o resultado de um histórico desenvolvimento desordenado que ignorou o desenho universal.

O relato de experiência do autor, que possui baixa visão e utiliza bengala de rastreamento, ilustra bem o exposto acima: “São diversas as dificuldades que eu encontro nos espaços e equipamentos públicos. Um primeiro exemplo: meu filho Ernesto Augusto, de cinco anos, frequenta uma escola localizada a 500 metros da minha casa, contudo não consigo levá-lo a pé porque não há calçadas em vários pontos do trajeto, o que me deixa inseguro e o deixaria vulnerável. Além disso, também sinto falta de condições para andar com autonomia e segurança junto com meu filho por outros espaços públicos, entre eles praças e parques, que não possuem pisos táteis ou guias de balizamento. Essa situação é muito ruim e posso destacar três consequências negativas da falta de acessibilidade no meu dia a dia — que também estão presentes no cotidiano de muitas pessoas com deficiência: a primeira é uma dependência maior do que aquela que nossa condição corporal nos impõe, isto é, dependendo, por exemplo, da disponibilidade de uma outra pessoa para fazer um passeio com meu filho; a segunda é a ansiedade e o estresse que a falta de acessibilidade traz, o que no meu caso, por exemplo, faz com que eu saia de casa para meus compromissos mais cedo do que seria necessário; e a terceira é um gasto financeiro que eu não precisaria ter para executar atividades comuns, como levar meu filho para a escola, pois para isso eu preciso pagar um táxi todos os dias para percorrer 500 metros. Assim, o impacto negativo da falta de acessibilidade em nossas vidas é enorme e atinge diferentes aspectos: integridade física, emocional, financeiro, entre outros”.

Portanto, esse impacto no cotidiano das pessoas com deficiência joga luz sobre um debate que vai muito além do direito básico de ir e vir e de ocupar o espaço urbano: o debate aqui diz respeito ao direito à saúde, à educação, ao trabalho, ao pleno desenvolvimento pessoal, à cultura, ao lazer, enfim, aos direitos humanos de pessoas com deficiência que desejam estudar, trabalhar, se divertir, cuidar da saúde, construir uma família, tudo isso com liberdade, respeito, autonomia e independência. Dessa forma, o profissional arquiteto tem uma grande responsabilidade sobre o cotidiano das pessoas com deficiência para a construção de uma sociedade mais justa e menos capacitista. No entanto, pouco se discute o tema nas universidades e nos eventos organizados pelos órgãos de classe, o que contribui para manter uma realidade que urgentemente precisa ser modificada. ✕

FRANCIELLE H. LUCENA, GRADUADA EM ARQUITETURA E URBANISMO E MESTRE EM ENGENHARIA CIVIL. DESENVOLVE PROJETOS DE PESQUISA SOBRE ACESSIBILIDADE.

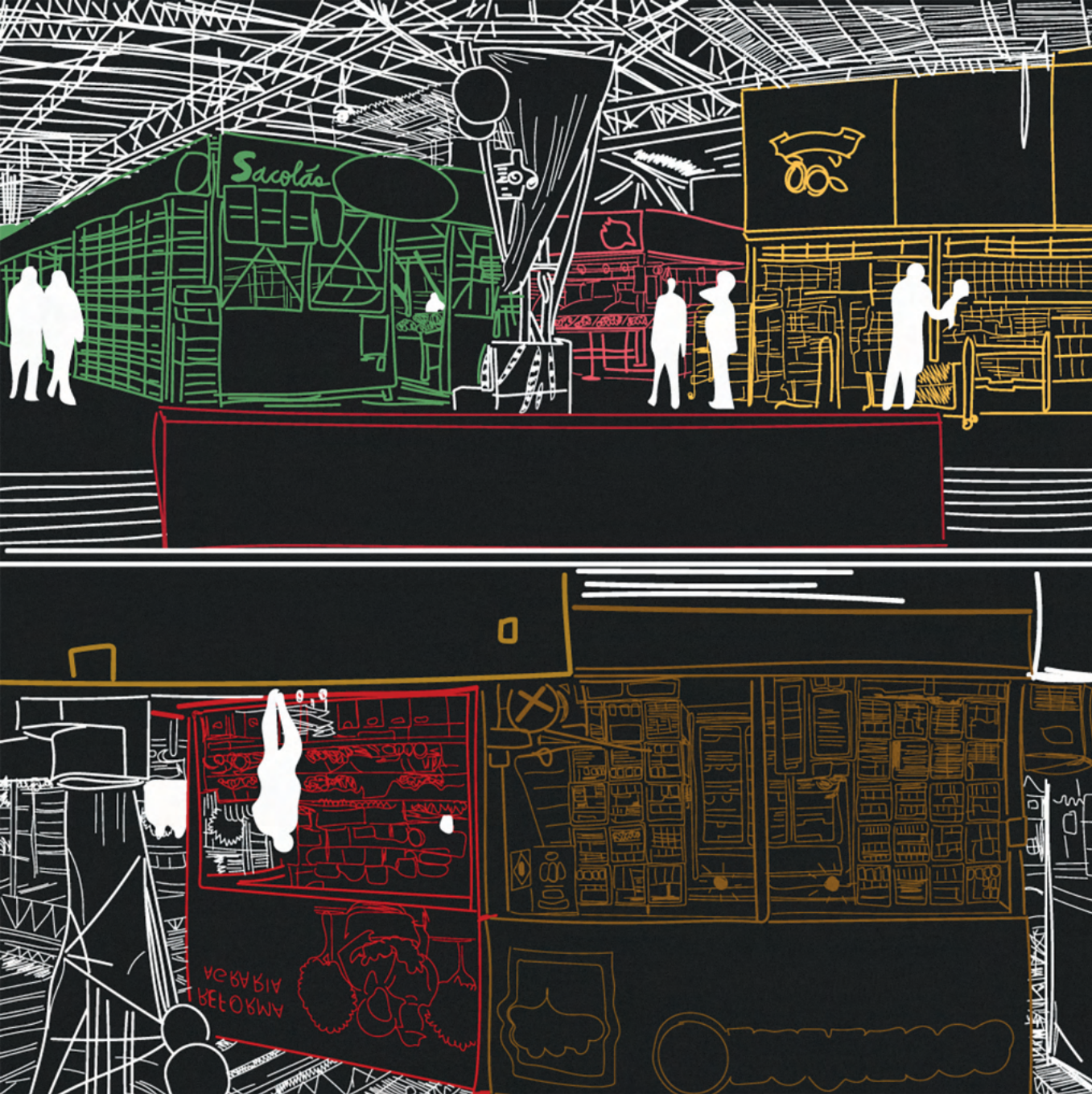
MANOEL J. P. NEGRAES, BACHAREL EM SOCIOLOGIA E POLÍTICA E PÓS-GRADUADO EM ANTROPOLOGIA CULTURAL. ATUA NA ÁREA DE ACESSIBILIDADE CULTURAL E DIREITOS HUMANOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

REFERÊNCIAS

- ABNT — Associação Brasileira de Normas Técnicas NBR 9050:2020. Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos/ Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.
- BRASIL. Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 26 ago. 2009. Disponível em: [↗ tinyurl.com/3fynruay](http://tinyurl.com/3fynruay). Acesso em: 20 nov. 2022.
- BRASIL. Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 07 jul. 2015. Disponível em: [↗ tinyurl.com/2bu3rd9h](http://tinyurl.com/2bu3rd9h). Acesso em: 29 out. 2022.
- DINIZ Debora. *O que é Deficiência*. São Paulo: Brasiliense, 2007.



TAPUME → JESSICA DE CASTRO SANTANA → A[s] cidade[s] em que habito

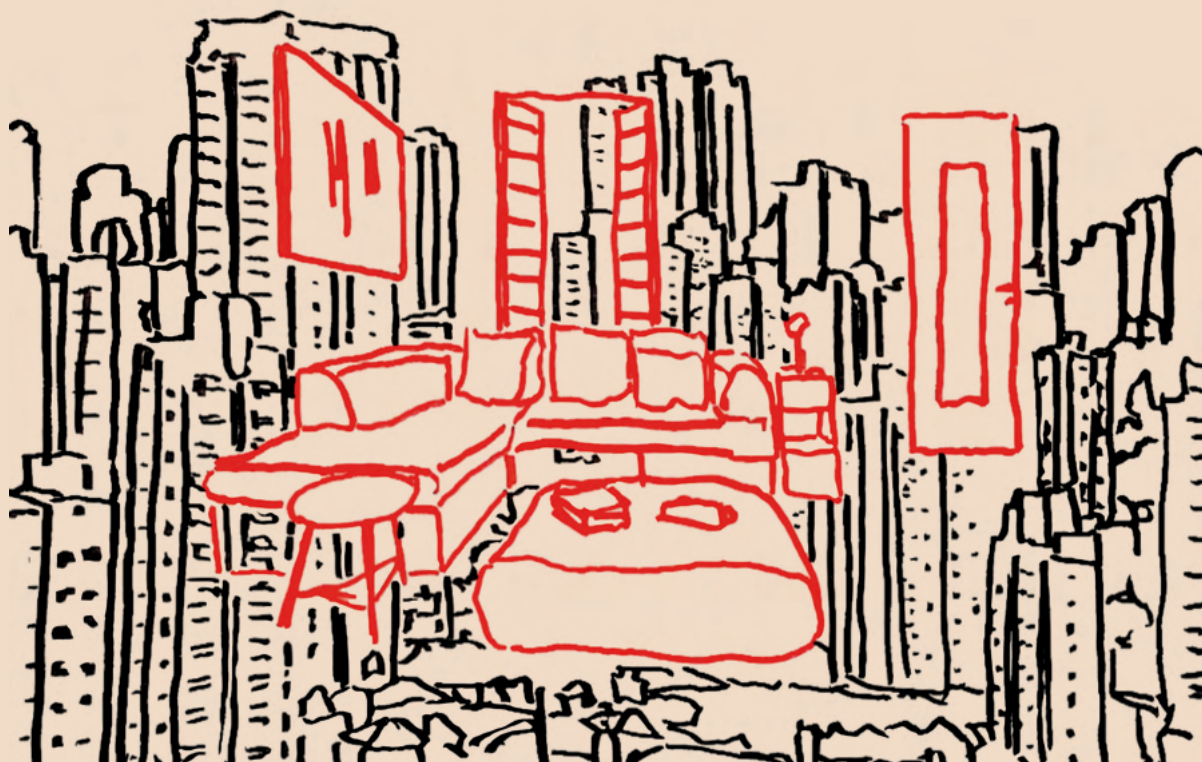




TAPUME → JESSICA DE CASTRO SANTANA → A[s] cidade[s] em que habito

Eruv: um espaço coletivo, habitual e comum*

POR ISABEL SEBER, LILLA LESCHER,
TAMARA CRESPIE E VICTÓRIA LIZ COHEN



Estender o espaço privado ao público / implementação do eruv. © ISABEL SEBER



Implementação
do eruv.
© ISABEL SEBER

¶ O ERUV DIVIDE o público do domesticado, o secular do sagrado e o trabalho do *Shabat*¹. E se torna uma outra e nova frequência, uma possibilidade de viver judaísmos de formas comunitárias durante o período de descanso religioso, entendendo, acima de tudo, a complexidade destes agrupamentos. Diante disso, o presente texto buscará entender como as tradições judaicas convivem hoje com a dinâmica das metrópoles, deixando marcas identitárias e de pertencimento em seus tecidos — construindo outras leituras, expressões em territórios e lugares de compartilhamento.

Sendo assim, o *eruv* é uma estratégia, sancionada pela comunidade judaica², para estender simbólica e fisicamente um espaço privado ao domínio público de ruas e calçadas por meio de um cercamento, ou seja, um conjunto de postes e fios que circundam e circunscrevem uma certa territorialidade com o intuito de permitir o carregamento de objetos durante o rito do *Shabat*, como por exemplo: bengalas, guarda-chuvas, livros, carrinhos de bebês, casacos, bolsas.

Isso porque, ao traçar um limite em torno de um espaço, ao cercá-lo, esta mesma territorialidade, antes considerada uma propriedade *reshut harabim*³, se torna uma extensão do próprio espaço doméstico da casa, permitindo que as trocas sejam maiores. Fisicamente o *eruv* é estabelecido por meio de um *tsurat hapetach*⁴ — uma combinação de dois postes paralelos às calçadas e conectados por um fio de nylon — que delimitam uma territorialidade, criando um ambiente religiosamente seguro para transitar durante o rito do *Shabat*. Sendo então, um marcador real e imaginário de pertencimento que se mostra enquanto um fortalecedor de comunidade.

Segundo Luiz Antonio Simas⁵: a aglomeração identitária “representa a agregação de diversos elementos em busca de objetivos comuns” (RUFINO; SIMAS, 2020, p.4); ou seja, criar e manter conexões. A proibição do carregamento de objetos durante o *Shabat* impede as imprevisibilidades cotidianas, e o *eruv* surge enquanto uma resposta a essa questão, possibilitando a agregação comu-

* O ensaio aqui exposto é fruto de discussões, pesquisas e entrevistas ocorridas durante o segundo semestre de 2021, por meio da disciplina de Estúdio Vertical da Escola da Cidade, sob orientação do Prof. Vinícius Spira



Uso e o recurso do eruv a partir do *tsurat hapetach*. © VICTÓRIA LIZ COHEN

nitária durante o rito, em que as trocas podem e devem ser maiores, e permite que seus diversos indivíduos compartilhem momentos e experiências — tendo em vista que a manutenção comunitária é a chave principal das vivências judaicas, em que modificam e se apropriam de seus contextos — compreendendo em seu íntimo as miudezas da vida, aquelas que se mostram enquanto fantasias.

Francesco Perrotta-Bosch⁶, no texto ‘Arquitetura dos Intervalos’, traz um feliz exemplo sobre a vida comum em sociedade: o vão do MASP, projetado pela arquiteta Lina Bo Bardi. No texto Bosch analisa que durante o estudo preliminar do projeto, a arquiteta faz um pequeno croqui do vão livre, colocando o museu em suspensão, concebendo espaço para o lúdico, indeterminado e que abriga o imprevisível. Bosch, ao descrever o espaço, comenta: “[...] nesse lugar permite-se contestar a ordem, promover encontros, agregar diferenças, gerar choques.” Enquanto o vão livre do MASP abriga suas atividades em um espaço amplo, aberto e público, o *eruv* necessita delimitar-se, esquadrihar um espaço domesticado, desenhando uma silhueta — um espaço comum. ✕

ISABEL SEBER, LILLA LESCHER, TAMARA CRESPIE E VICTÓRIA LIZ COHEN
SÃO ESTUDANTES DE ARQUITETURA E URBANISMO NA ESCOLA DA CIDADE.
A PARTIR DE SUAS JUDAICIDADES COMPARTILHADAS DESENVOLVEM
COLETIVAMENTE PESQUISAS E TRABALHOS NAS INTERSECÇÕES ENTRE
CIDADE, COMUNIDADE, IDENTIDADE, CULTURA E TRADIÇÃO JUDAICA.

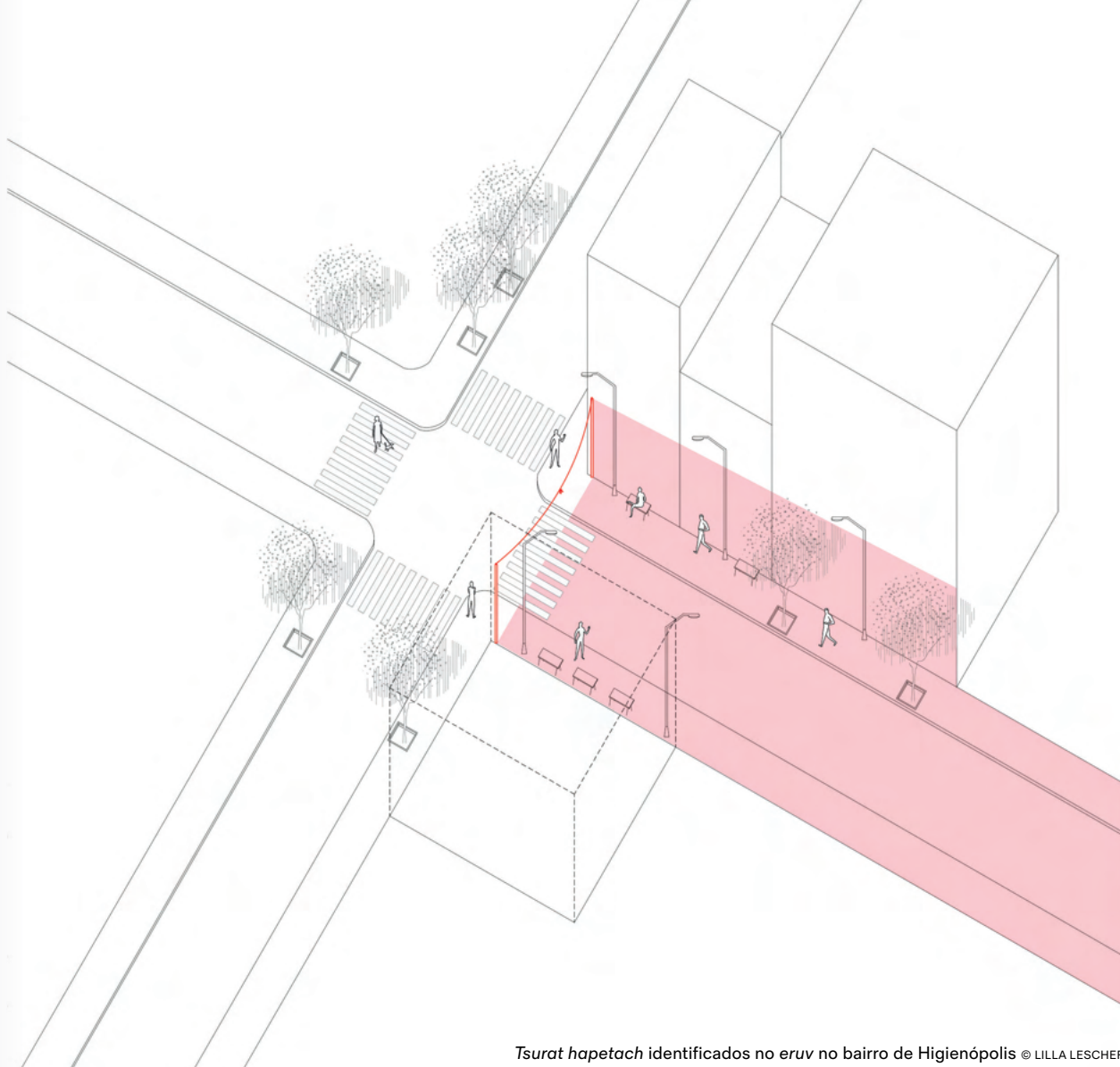
REFERÊNCIAS

BOSCH, Francesco Perrotta. A *Arquitetura dos Intervalos*. Revista Serrote. Disponível em tinyurl.com/ycy69y32. Acesso em: 25 nov. 2021.

RUFINO, Luiz. SIMAS, Luiz Antonio. *Encantamento: sobre política de vida*. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

TOPEL, M. F. (2021). O “eruv” na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil: novas estratégias de demarcação do espaço judaico. *Cadernos De Língua E Literatura Hebraica*, (10), 153-164. tinyurl.com/bdh3rsdf

WEISS, Abraham. THE ERUV: A microcosm of the *shabat* spirit. Disponível em: tinyurl.com/2p8p7hfu. Acesso em: 10 set. 2021.



Tsurat hapetach identificados no eruv no bairro de Higienópolis © LILLA LESCHER

NOTAS

1 Palavra proveniente do hebraico. Trata-se do sétimo dia da semana na religião judaica e é dedicado inteiramente ao descanso. O Shabat tem início com o pôr-do-sol na sexta-feira e termina ao anoitecer de sábado. Durante este período há uma série de 39 ações proibidas de serem realizadas, entre elas o carregamento de objetos e utensílios entre espaços públicos e privados.

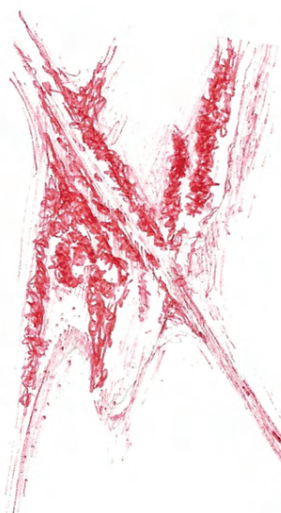
2 Mais especificamente, o eruv é implementado pelas vertentes judaicas mais ortodoxas.

3 Palavra proveniente do hebraico. Trata-se de uma propriedade pública que, segundo as leis religiosas, são quaisquer espaços e vias que tenham mais de 8 metros de largura e que atravessem a cidade de uma ponta a outra. Algumas opiniões rabínicas ainda dizem que para um espaço ser considerado 'resut harabim' deve haver uma transição de aproximadamente 600 mil pessoas por dia.

4 Palavra proveniente do hebraico. Porta ou portal em formato de arco.

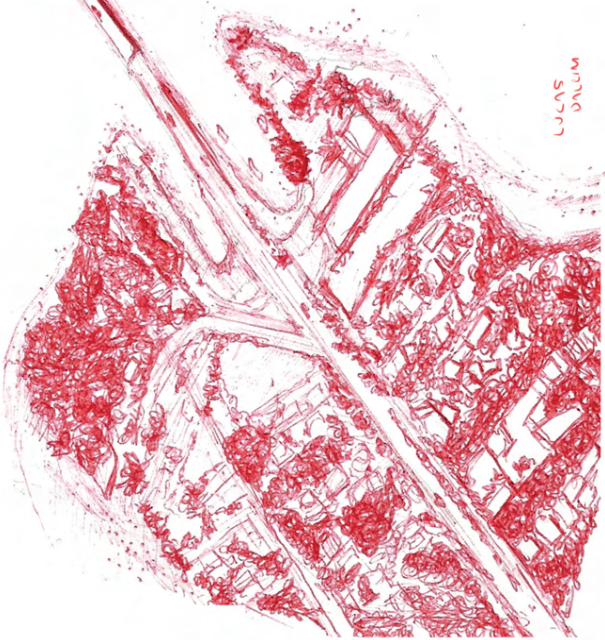
5 Luiz Antonio Simas (1967) é um historiador, pesquisador e professor. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

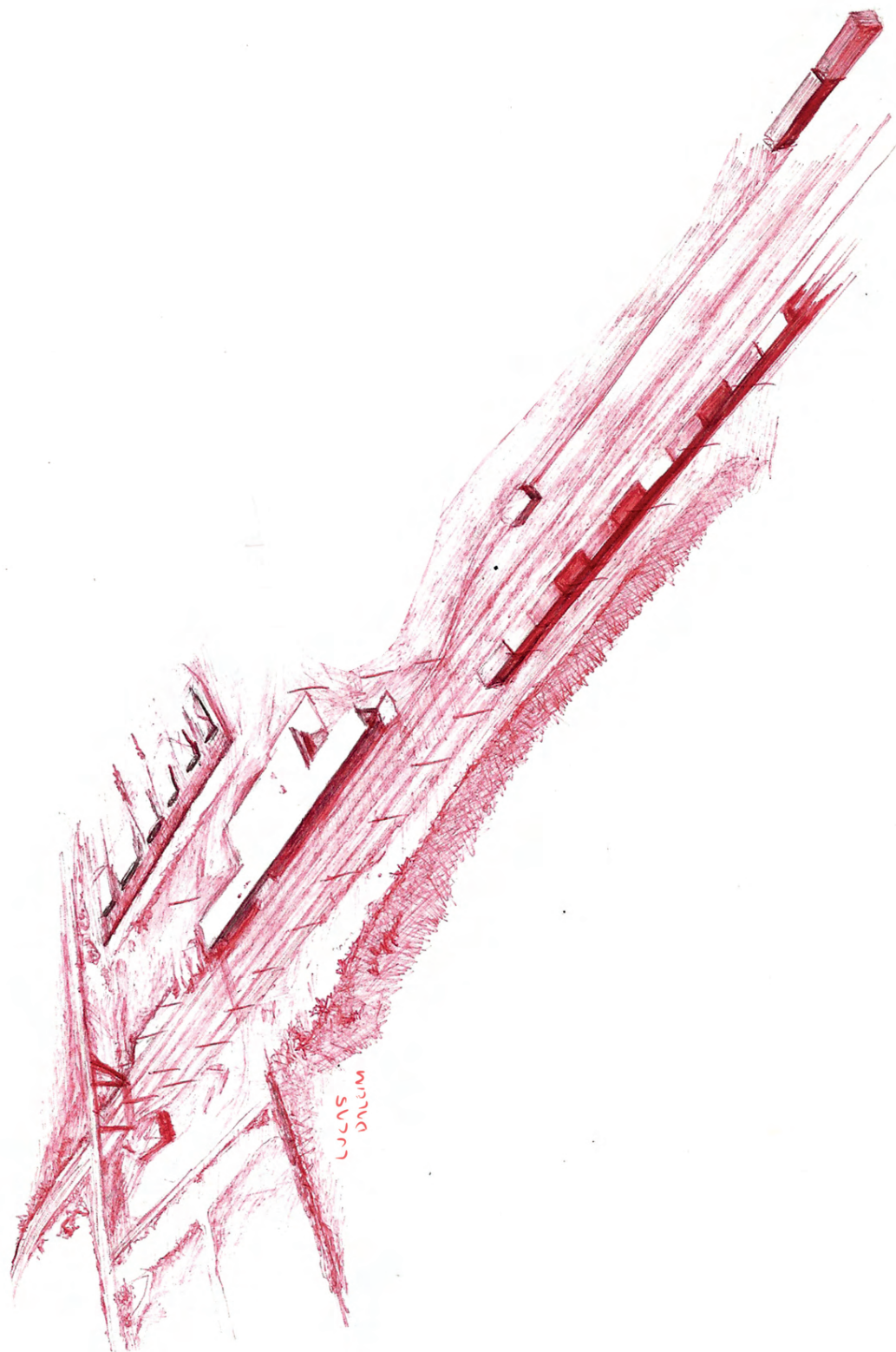
6 Francesco Perrotta-Bosch (1988) é arquiteto, ensaísta e historiador. Formado em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.



Vou iniciar este breve relato me apresentando...
Sou o andarilho interior, o heterônimo do acaso, cuja
essência é errar. Vim do interior para o mundo.
Caminho, caminho, caminho... e observo!
Que aroma gostoso! É de uma roseira que fica no largo
da matriz, ao lado de onde escrevo essa apresentação.
Permitam-me os devaneios, delírios e críticas. Sou doido!
Esse relato não serve de nada, nem para mim, nem para
ninguém. Apenas busco registrar minhas andanças.
Fiz desenhos, alguns fragmentos da cidade interiorana,
da vida cotidiana, do coração da cidade de Avaré!
Preciso apresentar esta cidadezinha...
E passo bem, obrigado!

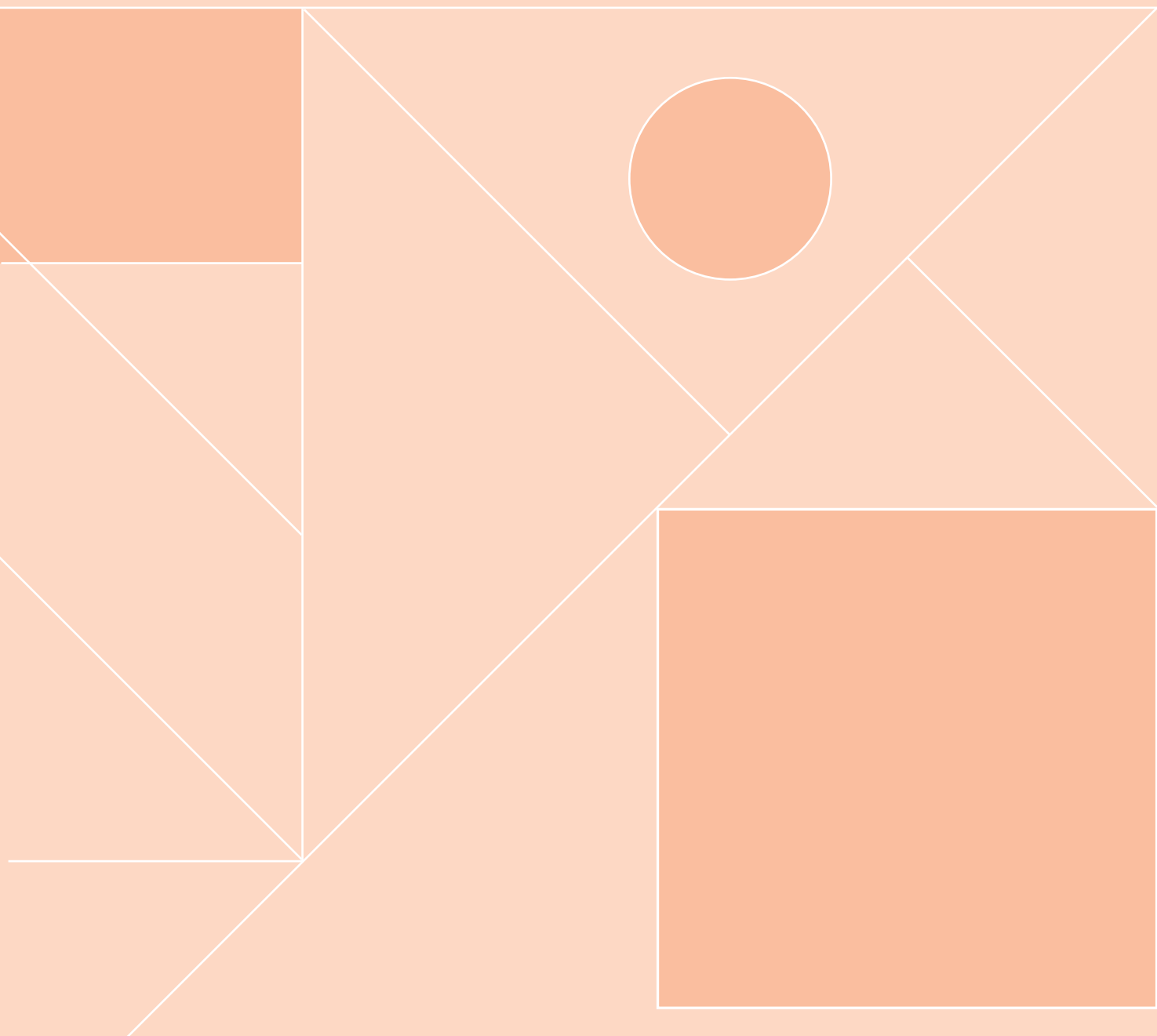
ASS. ANDARILHO INTERIOR





CAU/SP no território paulista: presença é tudo

DA REDAÇÃO



¶ O OLHAR PROGRAMÁTICO para as cidades do interior e do litoral foi consolidado dentro do conselho no planejamento estratégico com o nome de “CAU/SP no Território Paulista”. A ação consiste em um conjunto articulado de projetos e iniciativas com o propósito de promover — de maneira descentralizada — a função social do arquiteto e urbanista e ampliar a representação, a prestação de serviços, a orientação, a qualificação e a fiscalização do conselho no estado.

Com o propósito de estar lado a lado de arquitetos, arquitetas e urbanistas, no segundo semestre de 2022, representantes e funcionários da autarquia percorreram com a ação “CAU/SP no Território Paulista” seis escritórios regionais — que atendem, juntos, mais de 380 municípios — levando aos cenários em que a arquitetura está presente orientação, capacitação, propostas e, também, ouvindo esses profissionais.

Ao todo, aconteceram 43 encontros presenciais em que mais de mil profissionais, estudantes, gestores públicos, arquitetos/as servidores, membros do Ministério Público, docentes e coordenadores de cursos de Arquitetura e Urbanismo foram atendidos. Nas variadas pautas, debateu-se temas como precificação de serviços, políticas de preservação de patrimônio, tecnologia e agilidade nos processos de aprovação de projetos nos municípios, emissão de Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), fiscalização, ética e disciplina.

Nos depoimentos captados ao longo dessa jornada, conhecemos a multidisciplinaridade de arquitetos e urbanistas e as expectativas desses profissionais em relação ao conselho e ao cotidiano profissional em São Paulo.

Depoimentos



ATHIS NO VALE DO PARAÍBA

Aline Costa estudou a vida toda em escolas públicas e alcançar a formação superior foi uma vitória. Mas, inserir-se no mercado foi uma adversidade ainda maior. Como não haviam muitas propostas no começo da jornada profissional, ela foi dedicando cada vez mais tempo à área acadêmica.

Em 2020 a arquiteta começou um curso promovido pelo CAU/SP na regional de São José dos Campos. Uma parceria de fomento, que estimulava a capacitação de profissionais da Arquitetura em assistência técnica para habitação de interesse social (ATHIS). “Foi o primeiro contato com ATHIS e mudou muito da minha visão de trabalho.”

Ao término do curso ela decidiu dar continuidade à assessoria técnica em bairros no município de São José dos Campos. De lá para cá ela formou, junto com outras profissionais — maioria mulheres, um grupo que atua com ATHIS no Vale do Paraíba. Elas trabalham com duas comunidades em projetos que contam com apoio de fomento do CAU/SP. “Mulheres são a maioria em número de formadas. Mas, uma minoria consegue se estabelecer no mercado.”



BUSCA PELO CONHECIMENTO

Fabio Clarindo participou de quase todos os encontros promovidos pelo CAU/SP na regional de Bauru, município do centro-oeste paulista. Formado, em 2015, pela Universidade do Sagrado Coração, ele atua com regularização de imóveis e laudos técnicos. “Meu dia a dia é pautado na busca pelo conhecimento.”

Para o arquiteto, a curiosidade pela organização do traçado das cidades passa também pela documentação dos espaços. Na busca por clientes, a indicação é a principal fonte de trabalho. Mas, quando o tema é rede de relacionamento entre profissionais, a atuação do conselho na regional é um amparo importante. “Não tenho processos. Estar atento às orientações éticas do conselho me dá apoio para que eu faça meu trabalho mais ético.”



ARQUITETURA É INCLUSÃO

Manuela Bordalho sempre sonhou ser arquiteta. Uma escolha nada simples para uma pessoa que desenvolveu grande sensibilidade para os detalhes, em decorrência da deficiência auditiva. Para ela, o desafio não foi o processo de formação. As barreiras estavam na busca por espaço no mercado. “Faz dois anos que tive a oportunidade de trabalho na área. Desde que me formei, nunca havia atuado como arquiteta.”

Em meio à pandemia, a profissional buscou aperfeiçoamento. Foram diversos cursos on-line associados — diretamente ou não — à Arquitetura. Entre as ofertas por informação, Manuela participou de atividades propostas pelo CAU/SP na regional de São José do Rio Preto, município do interior do estado onde ela reside e trabalha.

Além de obter informação, Manuela também percebeu que sua presença junto a outros profissionais de Arquitetura e Urbanismo era importante para dar visibilidade à causa. “Inclusão na Arquitetura é uma luta constante para os deficientes auditivos. Muitos arquitetos não entendem e não nos dão oportunidades.”



PATRIMÔNIO PRESENTE

Amaury Rodrigues é diretor da Secretaria de Cultura de Suzano e presidente do recentemente formado Conselho Municipal de Patrimônio Cultural (Compac). Junto ao escritório descentralizado do CAU/SP e conselheiras, ele organizou um evento dedicado ao patrimônio na cidade. “Foi um momento importante. Esclarecemos questões importantes como legislação, participação do CAU nos processos de tombamento e preservação dos espaços. Foi o início e preparação para membros do Compac.”

Suzano faz parte de uma região do Alto Tietê composta por 12 cidades com realidades muito diferentes. Delas, nove não têm conselho dedicado à preservação da história e do patrimônio. “Quando abrimos em Suzano esse debate, ele, naturalmente, foi ampliado para outras cidades.”

Para Amaury, esse assunto é novidade em Suzano e muitos desconhecem o papel institucional do CAU/SP nessa temática. “Do ponto de vista do patrimônio o CAU é fundamental. Os processos de tombamento passam por profissionais de Arquitetura.”

Outro ponto de relevância são os projetos de fomento promovidos pelo conselho. São propostas específicas para áreas que fazem a diferença. “O patrimônio segue na cidade, com participação do CAU/SP, com resultados excepcionais. Aqui em Suzano o CAU continua presente.”



MEU PRÓPRIO ESCRITÓRIO

Vanilde de Castro é formada em Matemática e fez nova graduação em Arquitetura e Urbanismo. As conexões por diferentes áreas do conhecimento foram decisivas na escolha da segunda profissão.

Formada desde 2021, em Ribeirão Preto, assim que finalizou o curso deparou-se com a vontade de montar o próprio escritório de Arquitetura. Neste momento, a arquiteta percebeu que precisava de informação para gerenciar o negócio. Buscar pelo conselho foi decisivo para esclarecer suas dúvidas. “Foi providencial estar em contato com o CAU/SP. Participar de uma palestra sobre MEP (Projeto de Lei Complementar em debate no Congresso Nacional sobre a inclusão de atividades exercidas por profissionais liberais como Microempreendedor Profissional) abriu meus horizontes.”



ACORDO DE COOPERAÇÃO

Desde 2005 o arquiteto Elvis Vieira atua no setor público. Em 2017 ele foi nomeado Secretário de Planejamento Urbano do município de Suzano, região metropolitana de São Paulo. Pouco tempo após assumir o cargo, veio a pandemia. “O desafio que mais chamou minha atenção foi como as prefeituras estão preparadas para enfrentamento de crises e como elas se regeneram”.

Vieira destaca também a atuação de arquitetos e arquitetas servidores. Para ele, esses profissionais são o canal direto entre quem usa os serviços públicos e quem faz a gestão pública. “O CAU está debatendo com gestores que efetivamente estão à frente das políticas públicas. Mas que precisam escutar os técnicos, pois as cidades e todos ganham com isso.”

Em 2023 o CAU/SP firmou um acordo de cooperação técnica com a Secretaria de Planejamento Urbano e Habitação de Suzano com foco na fiscalização colaborativa, buscando agilizar os trabalhos de fiscalização e o aumento da efetividade das ações e as trocas de informações a respeito de obras no município. “O CAU/SP se tornou para a cidade um grande parceiro.”



HOTSITE — CAU/SP
TERRITÓRIO PAULISTA

↗ bit.ly/42dxdMW

Comunicar, orientar e capacitar os profissionais de Arquitetura e Urbanismo reconhecendo a diversidade de perfis profissionais, de formas de atuação profissional, bem como a heterogeneidade e especificidades regionais.

TRECHO EXTRAÍDO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO CAU/SP 2022-2024

Reflexões



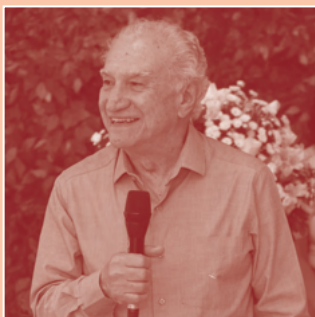
O PAPEL DO ARQUITETO/A É PROPOR

Criar a memória sobre a participação de profissionais da Arquitetura e Urbanismo na criação de marcos legais que promovem intervenções no urbano com mais eficácia, foi o foco da arquiteta Lenimar Gonçalves Rios, em sua fala no evento “CAU/SP no Território Paulista”, realizado na regional de Santos. Na ocasião, ela também foi homenageada.

Destacando o Estatuto da Cidade, aprovado pelo governo federal em 2001, ela fez uma retrospectiva histórica sobre a atuação de arquitetos, arquitetas e urbanistas na construção desse documento. “O Estatuto da Cidade é um instrumento de reforma urbana. Esse debate segue relevante até os dias atuais.”

A interface de diálogo com gestores públicos, para a arquiteta, é um instrumento primordial. “Apesar da importância dos arquitetos em propor, são os gestores que colocam na prática. E vejo o CAU/SP atuando nesse sentido”.

Outro ponto que Rios acredita para o futuro da profissão são ações de fomento realizadas pelo conselho em todo estado, que ajudam na consolidação de políticas públicas de interesse social. “O CAU é referência para os profissionais e estudantes de Arquitetura aqui na região, incentivando e, principalmente, com a promoção de editais de fomento.”



ARQUITETURA NA CONSTRUÇÃO DA CIDADE

O arquiteto José Carlos de Lima Bueno conta que a primeira vez que foi motivado a fazer uma reflexão sobre o tema arquitetura e cidade ele estava em Roma. Foi em 2007, ano que Oscar Niemeyer completaria 100 anos. Para a ocasião, a Universidade de Roma, por iniciativa da Faculdade de Arquitetura, programou um grande evento em homenagem ao “mestre” brasileiro.

Como arquiteto, ex-aluno e brasileiro, Lima sentiu-se orgulhoso e acrescentou a experiência às suas reflexões sobre o tema do evento: “A Arquitetura realiza a cidade”.

Para o arquiteto, uma das funções do poder público é o de exercer em seu território administrativo o equilíbrio entre interesses individuais e necessidades humanas coletivas e fundamentais. Como também — entre outros aspectos — espaços públicos, equipados, confortáveis, belos, acessíveis e que facilitem o convívio social saudável e amistoso. “A Arquitetura faz e desnuda a cidade”, comenta Lima Bueno.

José Carlos de Lima Bueno foi homenageado no encontro “CAU/SP no Território Paulista” na regional de São José do Rio Preto.



RECONHECER TAMBÉM É VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

Nos anos 70, em São José do Rio Preto, Écio Glacy, junto aos sócios, montou um dos escritórios de Arquitetura mais conhecidos da região. “Ninguém sabia o que fazia um arquiteto. Hoje, décadas depois, qualquer pessoa sabe que para fazer uma construção residencial ou comercial precisa do profissional da Arquitetura.”

Com mais de 50 anos de carreira e vasta atuação acadêmica, para ele, o desafio para o futuro da Arquitetura e Urbanismo está na formação. Glacy aponta que a transformação dos espaços de ensino em polos de cultura e inovação são urgentes. “Não faz diferença entrar em um condomínio ou outro, os projetos aqui no interior estão padronizados, ao meu ver. É preciso uma renovação de conceitos e ideias.”

Outro ponto que chama a atenção do arquiteto é a falta de espaço no mercado para novos profissionais. “Eu me preocupo muito com meus ex-alunos. Eles estão fazendo mil coisas e muitas fora da Arquitetura. Vejo que a capacitação em diferentes frentes de trabalho é urgente e o CAU/SP pode promover isso no estado”.

Écio Glacy foi homenageado nas ações do “CAU/SP no Território Paulista” na regional de São José do Rio Preto. “Depois da homenagem feita pelo CAU, fomos chamados também para uma homenagem na Câmara de Vereadores da cidade. Reconhecer também é valorização profissional”. ✕



TAPUME → JESSICA DE CASTRO SANTANA → A[s] cidade[s] em que habito

Reserva técnica: compensação por desequilíbrios?

POR MARIA TERESA DINIZ

¶ VAMOS DIRETO AO PONTO: uma das justificativas mais comuns para a prática da Reserva Técnica — ainda que esta seja vedada pelo Código de Ética e Disciplina para Arquitetos e Urbanistas — refere-se à enorme dificuldade que os profissionais têm de cobrar, de forma adequada, pelos serviços prestados. E sabe-se também que o processo de valorização da profissão, que — acredita-se — poderia contribuir para tornar essa prática de fato uma (má) escolha e não uma necessidade é tarefa complexa e não se alcançará em curto prazo.

São muitos os desequilíbrios enfrentados por arquitetos e urbanistas no exercício de sua profissão, a começar pela falta de compreensão da sociedade civil a respeito dos possíveis escopos de serviços oferecidos por nossa categoria, o que resulta na atribuição de baixo valor a esses. A gama de serviços, sistematizados em etapas complementares ou que se sustentam separadamente, é extensa e diversa. Para que o contratante possa enxergar valor na contratação do arquiteto e nos benefícios de fazê-lo, entendendo os custos dessa atividade que resultam na precificação, é necessário que nossa sociedade alcance, obviamente com o nosso envolvimento, um nível de compreensão que não temos atualmente.

Há também uma competição acirrada entre os profissionais que acarreta na baixa remuneração. Os profissionais contratados em regime CLT são a minoria de nossa profissão. No estado de São Paulo, de acordo com o 2º Censo dos Profissionais de Arquitetura e Urbanismo do Brasil realizado em 2020 pelo CAU/BR, a maior parte dos profissionais tem menos de 40 anos (62%); é autônomo ou empresário em área ligada a arquitetura e urbanismo (49% e 13%, respectivamente); não contribui para a previdência (39%); e tem renda mensal individual de até 3 salários mínimos (47%). Naquela época, o estado de São Paulo possuía 61.253 profissionais com registro ativo.

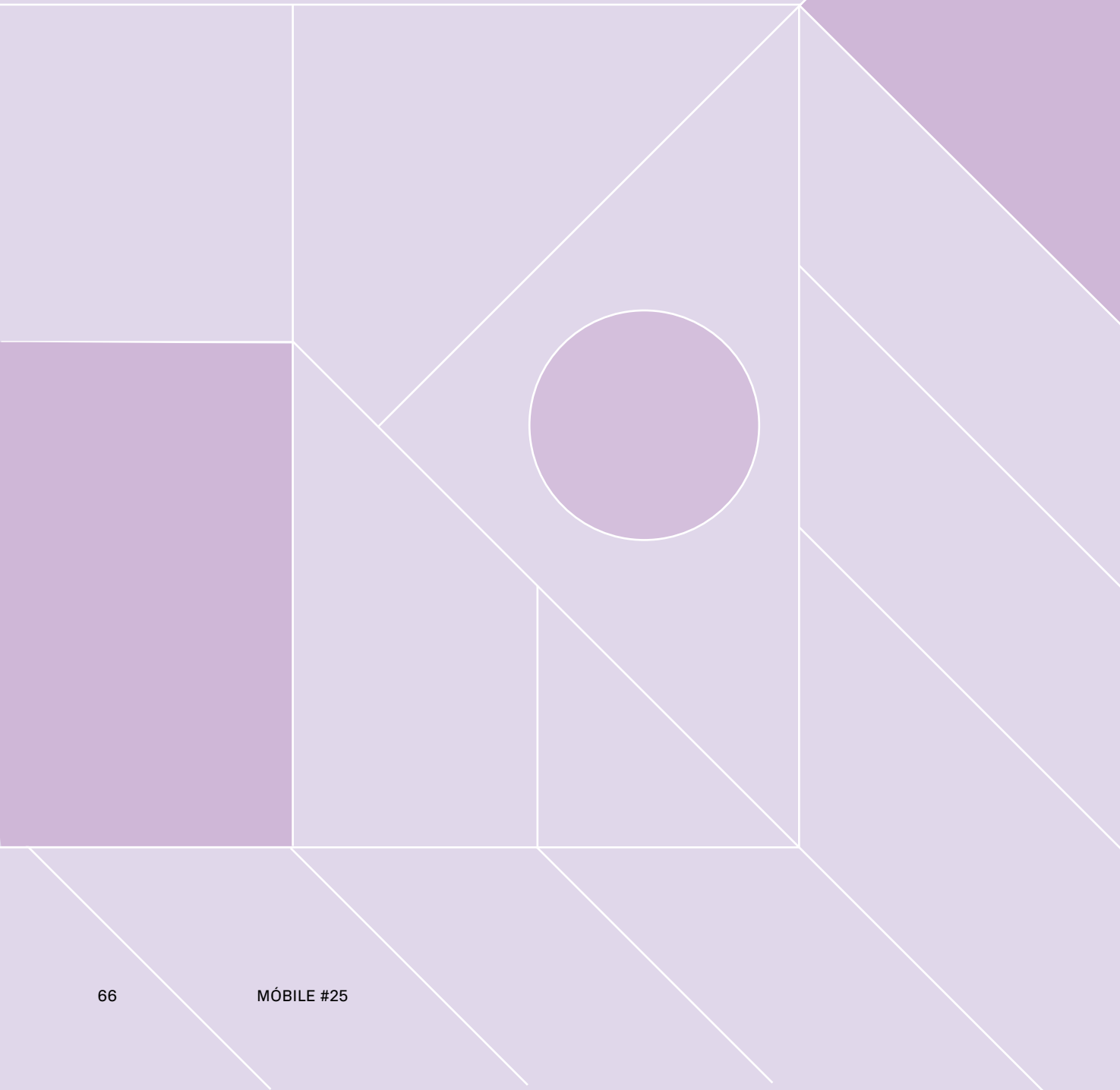
Quanto à cadeia produtiva, ou seja, no caso aqui em debate aqueles que estão do lado que oferece a Reserva Técnica, fica claro que há um interesse na fidelização dos profissionais que especificam seus produtos ou serviços. Também podemos afirmar que há espaço financeiro para marketing que poderia ser revertido como desconto ou menores preços para o consumidor final, valorizando o bom projeto. Este traz maior qualidade ao resultado final, evita erros e refazimentos, desperdícios e diárias não previstas de mão de obra, para listar alguns exemplos. Ao valorizar uma obra baseada em projeto elaborado por profissional habilitado, os diversos entes da cadeia produtiva contribuiriam para o uso adequado de seus produtos, para o grau de satisfação dos clientes e, consequentemente, para um maior número de projetos e obras com o envolvimento de arquitetos.

A solução está longe de ser simples. Requer compartilhamento de responsabilidades, conversas desconfortáveis, pactos entre os agentes. Entretanto, o caminho da compensação pela baixa remuneração do projeto com o uso da Reserva Técnica tampouco nos parece adequado, uma vez que se baseia numa falta ética que desvaloriza a conduta do profissional, estabelece-se sem transparência e desvia o olhar daquele que deve zelar pelo melhor equilíbrio entre custo e benefício para o cliente, maculando sua atividade profissional. Há outros caminhos possíveis, mesmo que estes demandem repensarmos nossa cadeia produtiva. E o CAU/SP não poderia se furtar da construção deste debate, muito pelo contrário, pretende ser agente transformador em parceria com os profissionais. ✕

MARIA TERESA DINIZ, COORDENADORA
DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO
PROFISSIONAL (CDP — CAU/SP)

Arquiteto não é vendedor!

POR CAMILA MORENO DE CAMARGO



¶ RESERVA TÉCNICA é o termo utilizado para tratar de prática de recebimento de qualquer compensação, seja ela monetária ou em forma de prêmios ou pontos, pela venda assistida de materiais de acabamento ou outros insumos ligados à execução de obra.

É prática ilícita pelo Código de Defesa do Consumidor por decorrer de falta de transparência contratual entre o profissional e seu cliente que, em muitos casos, não sabe que o profissional que contratou irá ser compensado pela indicação de determinados materiais, marcas e lojas. É, portanto, prática considerada antiética, vedada pelo Código de Ética e Disciplina (Regras 3.2.16 e 3.2.18), que aponta que o arquiteto e urbanista deve recusar-se a receber, sob qualquer pretexto, qualquer tipo de compensação de duas partes de um mesmo contrato de prestação de serviços, quais sejam, o cliente que o contratou e os fornecedores de insumos relacionados à obra que acompanha.

Inscritas em um quadro de arranjos profissionais contemporâneos, mais ou menos precarizados, observam-se, no entanto, formas distintas de práticas de Reserva Técnica, apresentando-se, em geral, como quantia majorada em preços de produtos de modo a propiciar, quando da venda, descontos, pagamento de comissões e o financiamento de prêmios dados a profissionais mais bem pontuados por seu desempenho em vendas vinculado a programas de fidelização.

Por outro lado, afirma e acentua um cenário de baixas remunerações, de dificuldades de precificação, de trabalho excessivo junto a clientes em lojas travestido de “venda qualificada”, de contratos imprecisos e mal

formulados, e de atividades não registradas que colocam o arquiteto em posição muito fragilizada. Mais do que isso, dá centralidade a uma etapa da prestação do serviço, a assessoria ao cliente em lojas fornecedoras de materiais, em detrimento ao projeto, atividade primeira do nosso campo profissional.

É preciso esclarecer que tais atividades se vinculam às atribuições profissionais do arquiteto e urbanista previstas na Resolução CAU/BR nº 21/2012 e, portanto, devem compor o rol de serviços a serem prestados estabelecidos em contrato com o cliente, bem como devem ser registrados por meio do Registro de Responsabilidade Técnica, de modo a assegurar o profissional diante de alguma eventualidade. As atividades de especificação técnica de materiais, de assessoria e consultoria, de gerenciamento e acompanhamento de obra, entre outras, estão, sobretudo, vinculadas ao Grupo de Atividades de “Gestão” na resolução mencionada, e perpassam as atividades de Projeto e Execução.

Desse modo, não se trata de atividades de vendas desenvolvidas por arquitetos, mas de atividades as quais o arquiteto tem atribuição em desenvolver. Arquiteto é arquiteto, não é vendedor!

Reconhecer isso e se organizar profissionalmente de modo a estabelecer precificações mais adequadas e melhor comunicação sobre o papel do arquiteto e urbanista e suas atribuições é contribuir com a valorização profissional que tanto se almeja. ✕

CAMILA MORENO DE CAMARGO, COORDENADORA DA
COMISSÃO DE ÉTICA E DISCIPLINA (CED — CAU/SP)

Fiscalização CAU/SP: orientar e prevenir

DA REDAÇÃO

O objetivo do programa “Município 100%” é conscientizar os gestores municipais da necessidade de ter um arquiteto e urbanista nos departamentos de obras, de planejamento urbano e outras áreas afins.

CONTRA O VALE-TUDO DA INTERNET

A publicação de projetos de autoria ambígua em sites de escritórios de Arquitetura e Urbanismo ou blogues, entre outros casos, são alguns dos usos problemáticos da internet denunciados ao CAU/SP nos últimos anos.

A ação do programa “Olho Vivo” foi pensada para orientar os profissionais sobre a divulgação de seus trabalhos na internet e das redes sociais, de forma que suas postagens sigam as regras éticas da profissão.

Como parte deste programa, o Conselho prevê lançar brevemente o “Guia da Divulgação Profissional e Boas Práticas nas Mídias Sociais” com orientações sobre estas ferramentas.

EM BUSCA DE ALIADOS

O programa “Síndico Consciente” tem por público-alvo os gestores de condomínios e líderes das associações de moradores espalhadas pelo Estado para aumentar a capilaridade das ações da fiscalização.

Trata-se de conscientizar os síndicos da necessidade de um responsável técnico em intervenções como obras ou reformas. O programa inclui condomínios horizontais e verticais, e loteamentos fechados. Para a equipe de fiscais do CAU/SP, o síndico que faz a cobrança do especialista no acompanhamento de uma construção se torna ‘um aliado’ da autarquia.

Tendo estes gestores em mente, o Conselho publicou um ebook com informações didáticas sobre o que fazer em caso de problemas em obras nos condomínios. ✕

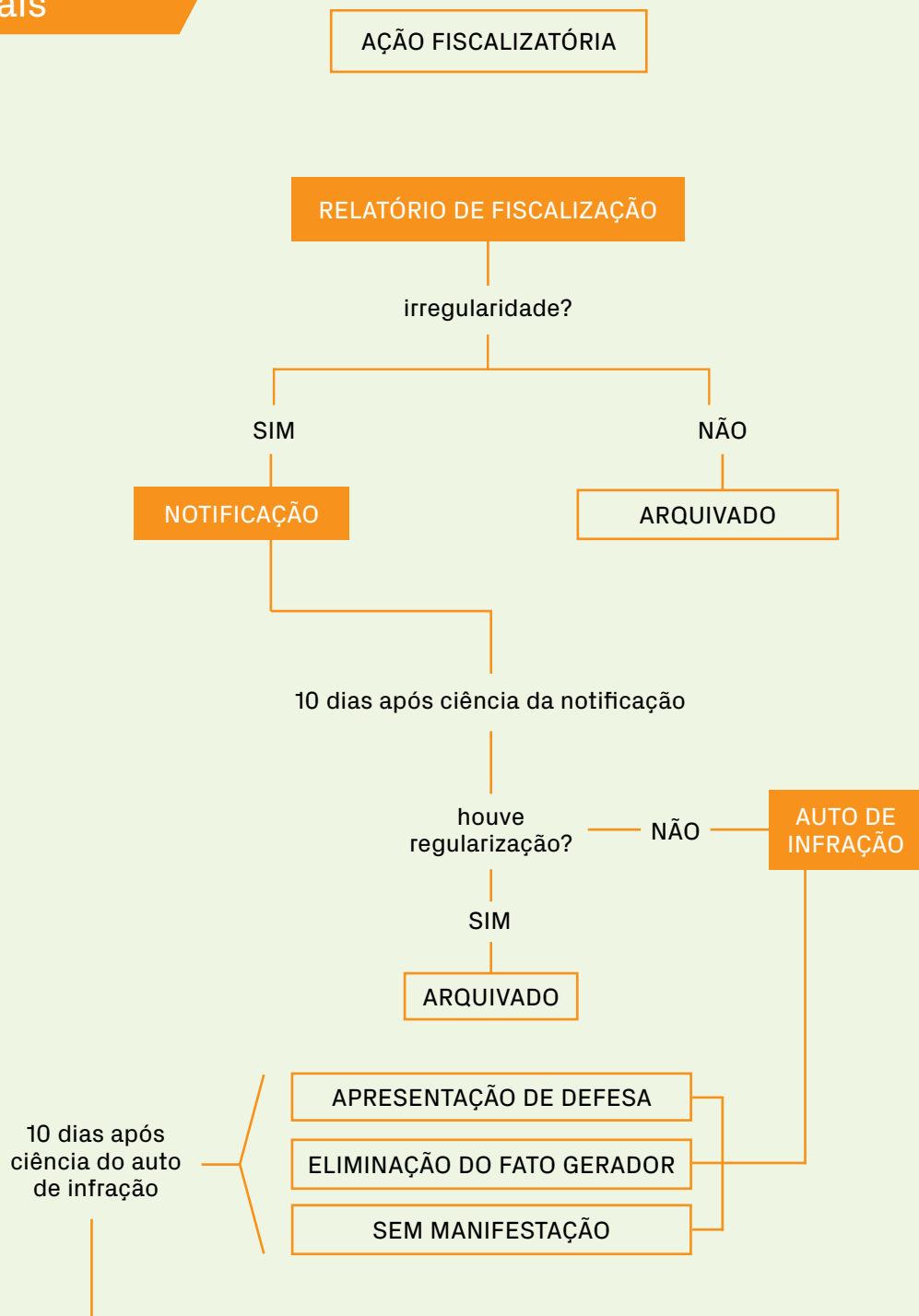
¶ PARA ALÉM DO CARÁTER PUNITIVO inerente à atividade fiscalizatória, o CAU/SP, por meio de sua Comissão de Fiscalização, conduz pelo menos quatro programas de caráter orientativo e preventivo: as ações “Profissão Arquiteto”, “Município 100%”, “Olho Vivo” e “Síndico Consciente”.

A série “Profissão Arquiteto” tem por objetivo alertar os estudantes de Arquitetura e Urbanismo sobre o exercício ilegal da profissão. Atualmente, com o amplo acesso à internet, alguns graduandos publicam trabalhos acadêmicos, e de forma proposital ou não, se anunciam como arquitetos formados. Para inibir esta infração, o CAU/SP se aproximou das instituições de ensino, oferecendo palestras de caráter informativo aos alunos.

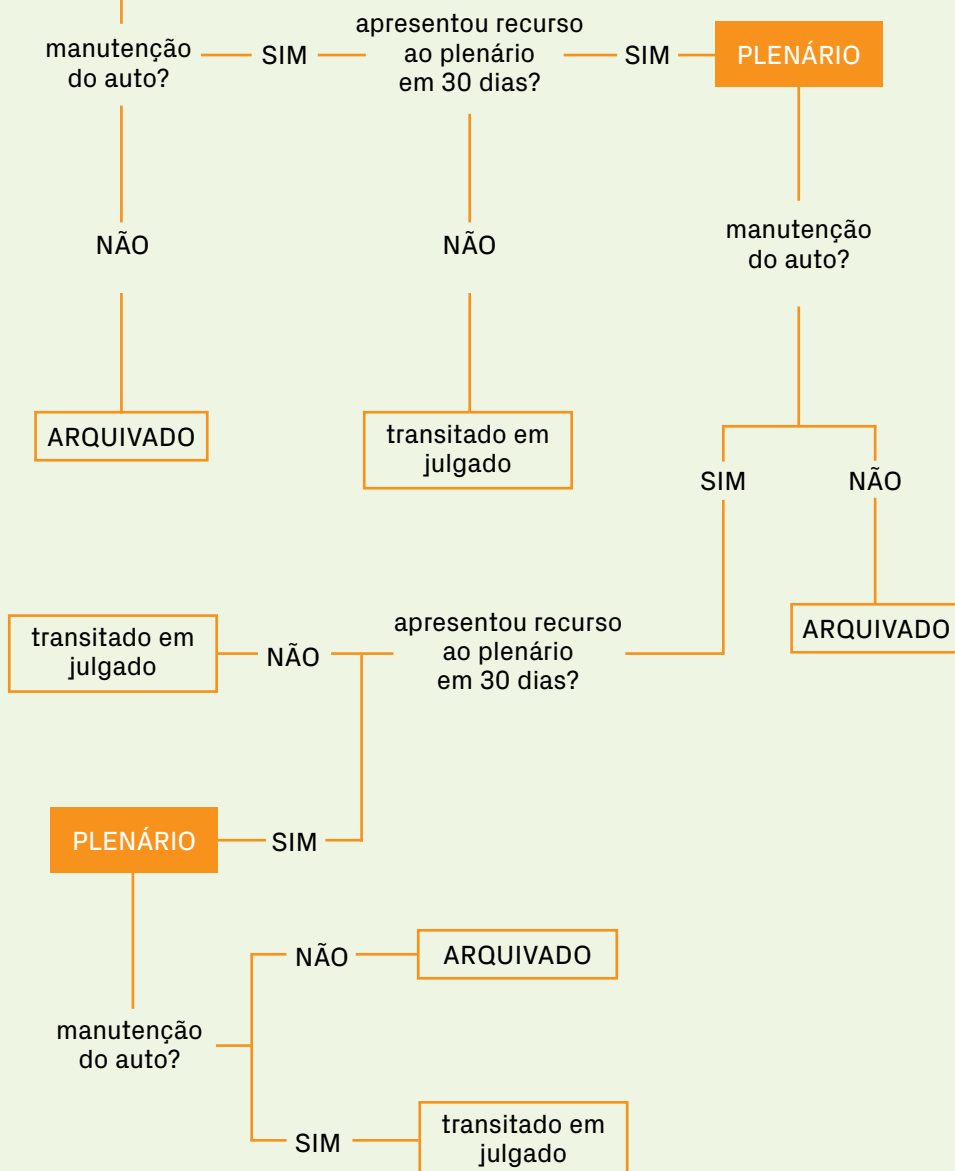
POR MAIS ARQUITETOS NO TERRITÓRIO PAULISTA

No Estado de São Paulo, 58% dos municípios não contam com um profissional de Arquitetura e Urbanismo nos quadros técnicos da administração local.

Mas em vez de buscar infrações por eventuais casos de exercício ilegal da profissão, o Conselho optou por levar ações orientativas em visitas a prefeituras e reuniões com os representantes do poder municipal.



COMISSÃO DE EXERCÍCIO
PROFISSIONAL — CAU/SP



Como o CAU/SP fiscaliza o exercício da profissão

Diretrizes da área para orientar, educar e coibir as práticas irregulares no exercício profissional de Arquitetura e Urbanismo.

POR COORDENAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CAU/SP

QUAL A INFRAÇÃO MAIS GRAVE CONTRA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL?

A infração por exercício ilegal da profissão talvez seja a mais emblemática, por se tratar da prestação de serviço de Arquitetura e Urbanismo por uma pessoa sem habilitação. Vale lembrar que, pela Resolução do CAU/BR Nº 198, que passa a vigorar em 2023, este tipo de falta é considerado ‘gravíssima’, e está no topo da lista das piores infrações ao exercício profissional (Art. 40).

Temos outras situações que podem se caracterizar como infração grave ao exercício profissional. Por exemplo, quando uma empresa atua nos campos da Arquitetura e Urbanismo sem possuir registro no CAU; ou quando uma pessoa, embora diplomada em AU, presta serviços na área ou usa o título de arquiteto e urbanista sem possuir registro no Conselho.

Profissionais devidamente registrados no Conselho, mas que não emitem o devido documento de responsabilidade técnica (o RRT) ao prestar um serviço da área de Arquitetura e Urbanismo, também cometem infração.

COMO A FISCALIZAÇÃO DO CAU/SP ATUA CONTRA O EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO?

Quando conseguimos comprovar situações de exercício ilegal e identificar, devidamente, o leigo que presta as atividades técnicas de Arquitetura e Urbanismo, o cidadão é notificado e, possivelmente, multado pelo Conselho.

Além disso, em se tratando de exploração econômica dessas atividades, o caso poderá ser encaminhado ao Ministério Público para verificar a contravenção penal.

Essas situações podem ser verificadas em ações de rotina, a partir de uma fiscalização de obra ou de redes sociais quando, por exemplo, uma pessoa posta fotos e textos de serviços de Arquitetura e Urbanismo realizados por ela, sem possuir habilitação profissional.

Também recebemos muitas denúncias de clientes que contratam supostos profissionais para elaborar um projeto arquitetônico ou executarem uma obra. Assim que os problemas aparecem, descobrem que, na verdade, a pessoa não tem habilitação para executar esses serviços.

Para evitar estes problemas, sugerimos que os cidadãos pesquisem previamente a habilitação do potencial prestador de serviço.

É possível fazer uma consulta rápida e gratuita pelo site: acheumarquiteto.cau.br.gov.br

O QUE A PREFEITURA FISCALIZA? O QUE O CAU/SP FISCALIZA?

Tanto a Prefeitura como o Conselho fiscalizam obras em andamento, entretanto, os dois órgãos possuem atribuições distintas.

Ao CAU/SP, compete garantir que atividades técnicas de Arquitetura e Urbanismo sejam realizadas por profissionais habilitados.

A autarquia, portanto, verifica a habilitação profissional das pessoas físicas ou jurídicas responsáveis pela atividade cobrando o respectivo RRT (Registro de Responsabilidade Técnica).

À Prefeitura compete garantir o atendimento aos parâmetros estabelecidos em sua legislação municipal e se a obra está sendo executada de acordo com o projeto aprovado previamente. Importante destacar que o embargo de obras, quando necessário, é de competência exclusiva das prefeituras.

COMO AGE A FISCALIZAÇÃO DO CAU/SP?

Além das ações de caráter punitivo, a fiscalização do exercício profissional também deve guiar-se por princípios de natureza educativa, visando a, prioritariamente, orientar a atuação dos arquitetos e urbanistas, e prevenir a ocorrência de possíveis ilícitos.

Várias Comissões do CAU/SP, como a Comissão de Fiscalização, e a de Exercício Profissional, já atuam neste sentido, promovendo palestras e campanhas educativas sobre a legislação para estudantes, profissionais e a sociedade em geral.

E a equipe técnica da Fiscalização, com seu corpo de agentes fiscais, prioriza as ações corretivas, atuando de forma punitiva apenas quando não há regularização da infração por parte do interessado (confira o infográfico nas páginas 70 e 71 para uma visão em detalhe destes procedimentos). ✕

Me formei, e agora?

POR COORDENAÇÃO DE ENSINO
E FORMAÇÃO DO CAU/SP

Para exercer a profissão de arquiteto e urbanista no Brasil, o recém-formado deve solicitar o registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo de seu estado; saiba como

¶ APÓS A COLAÇÃO DE GRAU, os bacharéis em Arquitetura e Urbanismo estão aptos a obter o registro para o exercício legal e pleno da profissão no Brasil.

Este registro obrigatório deve ser obtido no CAU/UF de residência, e habilita a atuação em todo o território nacional. Os CAU/UFs, bem como o CAU Brasil, são autarquias criadas pela lei federal nº 12.378/2010, que regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo.

HÁ DOIS CAMINHOS PARA SOLICITAR O REGISTRO:

OPÇÃO 1: Por intermédio das coordenações de curso;

OPÇÃO 2: Por meio de solicitação no Sistema de Informação e Comunicação do CAU (SICCAU), uma plataforma online disponível no site do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU/SP).

O Conselho trabalha para que as instituições de ensino superior, por meio das coordenações de curso, forneçam os dados de seus egressos para inclusão no SICCAU.

Caso a coordenação de seu curso realize este procedimento — e orientamos que o formado consulte sua instituição de ensino a respeito —, o CAU/BR encaminha um e-mail com login e senha de acesso ao SICCAU, além das instruções para a realização do registro profissional.

SE NÃO FOR ESTE O CASO, A SOLUÇÃO É SIMPLES:

Basta acessar o site do CAU/SP (causp.gov.br), entrar no ambiente do SICCAU, clicar em “Solicitar Registro Profissional” no menu à esquerda, preencher a ficha online e anexar os documentos solicitados.

QUANDO MEU REGISTRO SERÁ EFETIVADO?

A competência para conceder o registro profissional é da Comissão de Ensino e Formação do CAU/UF para as solicitações realizadas diretamente pelo egresso.

Concluído o processo de solicitação de registro pelo SICCAU, a solicitação é analisada e encaminhada à CEF-CAU/SP, que apreciará e deliberará a homologação do registro conforme o calendário de reuniões da Comissão.

Uma vez homologado, o egresso estará, legalmente, habilitado para utilizar o título e exercer a profissão em todo o território nacional.

Todas essas informações estão disponíveis na Carta de Serviços ao Cidadão ↗ transparencia.caubr.gov.br/cartadeservicos/

AS OBRIGAÇÕES DO NOVO ARQUITETO E URBANISTA

Ao obter o registro profissional, o novo arquiteto e urbanista assume uma série de obrigações para com o CAU/SP, entre elas (saiba mais abaixo), o pagamento de anuidade, necessária para suportar as atividades da autarquia, e sua única fonte de financiamento (junto com as taxas de RRT e outros emolumentos). A emissão do boleto deve ser feita diretamente pelo SICCAU.

A boa notícia é que os recém-formados se enquadram em alguns regimes de desconto, sendo de 50% no valor integral pelos primeiros dois anos, desde que optem pelo pagamento à vista; de 30% para os novos profissionais formados entre 2 a 3 anos; e de 10% para arquitetos e urbanistas que tenham até cinco anos desde o final da graduação.

Também há um desconto de 90% para egressos de universidades públicas ou privadas que ingressaram por meio de políticas afirmativas (raciais ou sociais), receberam bolsas integrais ou participaram de programas públicos de financiamento estudantil.

A EMISSÃO DO RRT É IMPRESCINDÍVEL

Uma vez que o novo arquiteto e urbanista ingressa no mercado de trabalho, e realiza uma atividade técnica, deve emitir o chamado Registro de Responsabilidade Técnica (RRT).

O QUE É O RRT?

É o documento que comprova que projetos, obras e todos os serviços afetos à Arquitetura e Urbanismo possuem responsável técnico legal e devidamente habilitado para a sua realização. A emissão do RRT deverá ser efetuada por meio de formulário específico, disponível no ambiente profissional do SICCAU, condicionada ao pagamento da taxa de emissão ↗ servicos.caubr.gov.br

COMO FAÇO PARA SOLICITAR MINHA CARTEIRA PROFISSIONAL?

A Carteira Profissional possui fé pública e constitui prova de identidade civil para todos os fins legais. Pode ser solicitada quando o registro profissional possuir o status de definitivo. Basta acessar a plataforma SICCAU, clicar na aba CARTEIRA PROFISSIONAL > SOLICITAR CARTEIRA.

A Carteira Profissional não é obrigatória e pode ser substituída pela Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Física (CRQPF), emitida sem custo na página do arquiteto e urbanista na aba CERTIDÃO. A CRQPF também tem fé pública e possui um código de verificação de autenticidade online. ✕

O CAU/SP ESTÁ À DISPOSIÇÃO PARA SANAR QUAISQUER DÚVIDAS.

Entre em contato conosco:

E-mail: atendimento@causp.gov.br
ou ensino@causp.gov.br

Demais canais de contato:

↗ causp.gov.br/?page_id=3397



FORMULÁRIO — SITE CAU/SP

↗ servicos.caubr.gov.br



PLAYLIST YOUTUBE — VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

↗ bit.ly/42I9PNw

¶ E AGORA? Agora, você tem que encarar a concorrência de frente, agora o bicho pega, agora chegou o Dia D da sua vida adulta.

Há anos você se prepara para este momento: escola, colégio, finalmente a universidade, e você faz parte do seleto grupo de 21% da população brasileira que finalizou o ensino superior, superando as inúmeras dificuldades do caminho.

Anos na universidade para se tornar arquiteto e urbanista, e você aprendeu a ser exatamente isso.

Você estará à disposição do mercado. Como sobreviver e viver de Arquitetura e Urbanismo? Existem diversas opções: funcionário público, trabalho em grandes empresas, ser dono do próprio escritório, docente entre outras tantas, mas você já sabe como escolher, e mais, como agir frente a sua escolha?

Ninguém, durante os anos de aprendizagem, o direciona como enfrentar os famosos 100 primeiros dias de trabalho, como ter jogo de cintura para dar conta de novos desafios que se apresentarão, como ser ético.

Fixar-se no mercado não é uma tarefa fácil. Mesmo os melhores entre nós, que tentaram mostrar seu talento no mundo globalizado, já tiveram dias bem difíceis.

Aqui vai uma dica valiosa para todos: façam contatos com pessoas do meio profissional, participem ativamente das organizações, entidades e conselhos governamentais e conselho profissional.

Sejam curiosos e atentos às atualizações de leis, normas e decretos. Acreditem: é preciso ter muito conhecimento se não quiser ter problemas com os órgãos fiscalizadores, afinal, não se pode alegar desconhecimento das leis e códigos vigentes.

Estejam atentos às suas responsabilidades. Vocês são parte da engrenagem da sociedade, e ela vai depositar toda confiança em suas palavras, atitudes e traços. Sua influência pode se estender desde a forma como uma pessoa vive dentro de casa até como usufrui da cidade.

Lembrem-se e calculem os custos de seus estudos e o valor de ser arquiteto e urbanista e exercer a profissão. Nesse momento vocês enfrentarão o primeiro desafio: quanto vale a sua hora trabalhada.

Façam esse exercício e se coloquem como cliente ao montar um escritório: identificar o ponto comercial, levantar custos fixos e variáveis, programa de necessidades e tudo mais, e lembrem-se de incluir seus honorários ao final dos serviços, e, não menos importante, sempre façam um contrato com seus clientes.

Esperamos que, no final, apesar de muito trabalho, vocês encontrem o sucesso profissional. Boa sorte. ✕

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CAU/SP



TAPUME → JESSICA DE CASTRO SANTANA → A[s] cidade[s] em que habito



A NOVA ETAPA DA AVENTURA CENTENÁRIA DE UM EDIFÍCIO

Em 2022, o Conselho, em parceria com o IAB, lançou um concurso público nacional para selecionar um projeto de arquitetura para reforma do edifício-sede no Triângulo Histórico da capital paulista.

Além de tornar o edifício plenamente adequado à realização das atividades internas, a intenção é oferecer aos profissionais, à sociedade e à cidade um lugar com significado, cujo caráter expresse os valores e as aspirações da autarquia.

A equipe vencedora, que deve ser anunciada ainda em abril, será contratada para o desenvolvimento dos Anteprojetos e Projetos Executivos e Complementares. ↗ bit.ly/3yH4e71



PRÊMIO LÚCIO COSTA 2022

O CAU/SP foi reconhecido no ano passado pela Câmara dos Deputados com o Prêmio Lúcio Costa 2022. A autarquia foi premiada na categoria “Habitação”, destinada às entidades que ajudam a melhorar a qualidade de vida em contextos de vulnerabilidade social.

A partir da indicação do deputado Rodrigo Agostinho (PSB-SP), o Conselho foi escolhido pela Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU), da Câmara, por desenvolver projetos e iniciativas comprometidas com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS).

Catherine Otondo, presidente do CAU/SP, ressaltou a importância da assistência técnica como instrumento de mudança e reestruturação nos meios urbanos. Citou Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, responsáveis pelo projeto de Brasília, lembrando que a cidade foi feita do “zero”, mas não com “dignidade e muito menos para todos”. Para fazer esta mudança nas cidades brasileiras, “precisamos de ferramentas técnicas para ajustá-las”, afirmou na cerimônia de premiação. “ATHIS é uma ferramenta preciosa”. ↗ bit.ly/3Ked9TE



PREMIAÇÃO DESTACA QUALIDADE DE CONTEÚDO E DE PROJETO GRÁFICO DA MÓBILE

Em um reconhecimento internacional inédito, a revista Móbile foi premiada pela Bienal Pan-Americana de Arquitetura de Quito (BAQ) no final do ano passado.

Na BAQ 2022, a publicação se destacou na subcategoria ‘Revistas Impressas’, dedicada aos projetos editoriais que refletem a Arquitetura e Urbanismo e seus desdobramentos na sociedade contemporânea.

A revista brasileira dividiu o prêmio com a ‘Dearq’, revista do Departamento de Architectura de la Universidad de los Andes, da Colômbia.

Produzida e publicada pelo CAU/SP desde 2014, a Móbile tem um projeto editorial que abre espaço para o debate de temas fundamentais da Arquitetura e Urbanismo brasileiro e mundial: o déficit de moradia e a destruição do patrimônio, o aquecimento global, o papel dos arquitetos e urbanistas na construção de cidades sustentáveis e resilientes entre outros.

A partir de 2021, a publicação passou por uma reforma gráfica e por uma reformulação editorial. ↗ bit.ly/3ZkuP4b



RECONHECENDO O VALOR DE PROFISSIONAIS E ESTUDANTES

A partir do ano passado, o Conselho reestruturou premiações dedicadas a reconhecer trabalhos de excelência desenvolvidos por estudantes no ano final de graduação (os TCCs) e por profissionais do estado de São Paulo.

↗ bit.ly/3XmuqgF

Na edição 2022 do Prêmio Projetando o Futuro, 35 trabalhos foram premiados. São projetos que abrangem requalificação de espaços públicos, agroecologia, habitação social entre outros temas. Os próprios profissionais recém-formados apresentam suas propostas numa série de vídeos disponível no canal do CAU/SP no portal YouTube ↗ www.youtube.com/@comunicacaocausp.

O Prêmio Construindo o Presente vai reconhecer trabalhos de profissionais nas categorias de Arquitetura das Edificações, Habitação de Interesse Social, Arquitetura de Interiores e outras quatro áreas. Acesse o site do CAU/SP ↗ www.causp.gov.br para saber mais.



UM NOVO ESPAÇO PARA A ARQUITETURA E URBANISMO NA CAPITAL

Cumprindo a promessa de tornar a nova sede do CAU/SP uma referência cultural para a cidade de São Paulo, o amplo térreo do edifício centenário na rua XV de Novembro tem sido o local de exposições, debates, oficinas e exibições de documentários que reuniram mais de 1.000 pessoas no ano passado.

A sede do CAU/SP também está integrada ao calendário de eventos da capital. Fez parte do roteiro de “travessias” pelo centro paulistano proposta pela “13ª Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo”. O roteiro com origem no Edifício XV de Novembro atraiu dezenas de cidadãos interessados em desbravar o patrimônio arquitetônico da região.

Devido à arquitetura do edifício, o térreo também se converteu um local para exibição de produções audiovisuais. Em conjunto com as intervenções artísticas desenvolvidas no interior e exterior do prédio, o CAU/SP busca se articular e ativar o território urbano.

A agenda cultural do CAU/SP é divulgada regularmente pelo site oficial e as redes sociais. [↗ bit.ly/3mMbdbz](https://bit.ly/3mMbdbz)



PROGRAMA DE BENEFÍCIOS

Em 2023, o CAU/SP lançou o seu programa de benefícios, que permite oferecer descontos na aquisição de produtos e serviços que contribuem para o bem-estar, a qualidade de vida, a capacitação e o desenvolvimento profissional dos arquitetos e urbanistas.

O Conselho somente realiza a intermediação entre o profissional e a empresa credenciada. Não tem qualquer tipo de despesa em oferecer este benefício, e está isento de custos e lucros.

Até o primeiro trimestre, estavam disponíveis planos de saúde, de cursos de BIM (Modelagem da Informação da Construção), de software de design entre outros. O programa de credenciamento de empresas ainda está aberto a novas inscrições. [↗ bit.ly/3yGkYlB](https://bit.ly/3yGkYlB)



MELHOR PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE 2021

O CAU/SP foi vencedor do Prêmio de Melhor Planejamento Estratégico de 2021 na 6ª edição da Conferência Nacional de Conselhos Profissionais realizado na capital federal entre agosto e setembro do ano passado.

O documento “Planejamento Estratégico” do Conselho alcançou a nota máxima de todos os jurados pela forma de monitoramento da execução das etapas de trabalho. [↗ bit.ly/3TPHxGV](https://bit.ly/3TPHxGV)



COOPERAÇÃO COM AS PREFEITURAS PAULISTAS

Somente no ano passado, o CAU/SP firmou quatro protocolos de intenção com prefeituras e consórcio de municípios do estado de São Paulo. Pelo menos 16 municípios estão em tratativas para firmar acordos semelhantes.

O mais recente Acordo de Cooperação Técnica foi firmado no final de fevereiro com a Secretaria de Planejamento Urbano e Habitação de Suzano, antecedido por Louveira no segundo semestre de 2022.

Por meio destes acordos, autarquia e administrações municipais trocam informações de modo a aprimorar os trabalhos de fiscalização de obras e reformas. Também é uma oportunidade para o Conselho divulgar e ampliar o alcance dos editais de parceria (chamadas públicas). [↗ bit.ly/3ZOiJBe](https://bit.ly/3ZOiJBe)



FOMENTO À ARQUITETURA E URBANISMO

Por meio de chamadas públicas, o CAU/SP promove a capacitação dos profissionais, estimula a assistência à habitação social entre várias outras ferramentas para ampliar o acesso a Arquitetura e Urbanismo.

Somente no ano passado, o Conselho firmou 41 Termos de Fomento, por meio dos quais estabelece parcerias com Organizações da Sociedade Civil. Destacam-se os projetos piloto de Residência Técnica.

Nestas parcerias, as organizações conseguem viabilizar iniciativas com o suporte financeiro do Conselho após um processo de seleção pública com critérios rigorosos de transparência e atendimento ao interesse público. Várias destas iniciativas são cursos, fóruns e demais eventos gratuitos e abertos aos cidadãos, e são divulgadas regularmente pelas redes sociais do CAU/SP. Participe! [↗ bit.ly/3ZxPlu1](https://bit.ly/3ZxPlu1)



TAPUME → RICARDO LUIS SILVA → Das coisas que fazem o cotidiano

TAPUME → GUILHERME OLIVEIRA GOMES → Pelas ruas da cidade



MÓBILE

revista do CAU/SP

#25 cotidiano

abril 2023

ISSN: 2448-3885



CAU/SP

Conselho de Arquitetura
e Urbanismo de São Paulo

